



Nº3639/2023

Data da disponibilização: Quarta-feira, 11 de Janeiro de 2023.

DEJT Nacional

Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Lelio Bentes Corrêa
Presidente

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Vice-Presidente

Ministra Dora Maria da Costa
Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais
Despacho

Processo Nº Ag-ED-ROT-0100729-84.2020.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante	JONATHAS EMANOEL MAIA FRANCA
Advogado	Dr. Jorge Normando de Campos Rodrigues(OAB: 71545-A/RJ)
Advogado	Dr. Nestor Nogueira de Franca(OAB: 163320-A/RJ)
Advogado	Dr. Mariana Marujo Velloso(OAB: 201457-A/RJ)
Advogado	Dr. Lucas Cordeiro Petrucci(OAB: 232079-A/RJ)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Christiano Ribeiro Gordiano de Oliveira(OAB: 116812-A/RJ)
Advogado	Dr. Lillian Mara Paduan Santos(OAB: 42515-A/PR)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ

Intimado(s)/Citado(s):

- JONATHAS EMANOEL MAIA FRANCA
- JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

JONATHAS EMANOEL MAIA FRANÇA interpõe agravo interno, no qual alega que o substabelecimento acostado aos autos foi regularmente assinado digitalmente, de modo que o equívoco, ao

não importar a respectiva assinatura do patrono, decorreu de inconsistência no sistema PJE.

A fim de evitar possível prejuízo processual à parte e, se for o caso, reconsiderar a decisão monocrática impugnada, determino a remessa destes autos à Secretaria Geral Judiciária, para que, após análise dos argumentos veiculados no mencionado recurso, diligencie no sentido da emissão de parecer técnico para subsidiar eventual posicionamento a ser adotado por este Relator, no âmbito da egrégia

Subseção II Especializada em Dissídios desta Corte.

Após, retornem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

Processo Nº EDCiv-ROT-0008568-31.2021.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Advogada	Dra. Sílvia Helena de Oliveira(OAB: 276142-A/SP)
Advogado	Dr. Daniel Rodrigo Reis Castro(OAB: 206655-A/SP)
Embargado	MARCOS SAVIO VENANCIO
Advogada	Dra. Glenda Maria Machado de Oliveira Pinto(OAB: 288248-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
- MARCOS SAVIO VENANCIO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

Ministra Relatora

Processo Nº ED-RO-0000249-34.2013.5.05.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante e Embargado SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS, AUTOMOBILÍSTICAS E DE AUTOPEÇAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, DE INFORMÁTICA E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO E MONTAGEM DO ESTADO DA BAHIA E OUTRO
Advogado Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Embargante e Embargado PARANAPANEMA S.A.
Advogado Dr. Maurício de Sousa Pessoa(OAB: 156805/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PARANAPANEMA S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS, AUTOMOBILÍSTICAS E DE AUTOPEÇAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, DE INFORMÁTICA E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO E MONTAGEM DO ESTADO DA BAHIA E OUTRO

Vistos etc.

Em face do acórdão às fls. 2.691/2.802, ambas as partes opõem embargos de declaração (A Ré às fls. 2.831/2.833 e os Autores às fls. 2.836/2.846).

Em respeito ao direito à ampla defesa e ao contraditório, constitucionalmente assegurados, bem como em atenção à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 do TST, concedo o prazo de 5 (cinco) dias às partes embargadas para, querendo, impugnar os embargos declaratórios apresentados.

Após a apresentação de contraminuta ou o decurso do prazo respectivo, inclua-se o feito em pauta para sessão telepresencial. Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº RO-0008518-26.2012.5.04.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente LEONIR ANTONIO ANDREOLA E OUTRA
Advogado Dr. Carlinhos Tonet(OAB: 29318/RS)
Recorrente BRF - BRASIL FOODS S.A.
Advogado Dr. Henrique José da Rocha(OAB: 36568/RS)
Recorrido OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF - BRASIL FOODS S.A.
- LEONIR ANTONIO ANDREOLA E OUTRA
- OS MESMOS

Vistos etc.

Em evidente erro material, constou da parte final da fundamentação e do dispositivo do julgamento proferido por esta SBDI-2 do TST em recurso ordinário que a decisão que desconstituída é o acórdão regional proferido no processo nº 0098700-86.2008.5.04.0521 (fls.

535 e 537).

Inclua-se o feito em pauta presencial para que o Colegiado retifique o aludido erro material, a fim de que, na fundamentação e na parte dispositiva do acórdão, no lugar de:

"... PROVIMENTO ao recurso ordinário para desconstituir o acórdão regional proferido do processo 0098700-86.2008.5.04.0521..."

passee a constar:

"PROVIMENTO do recurso ordinário para desconstituir o acórdão regional proferido do processo 0056500-71.2008.5.04.0551..."

Após a deliberação do Colegiado, devolvam-se os autos à Corte de origem.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº EDCiv-RO-0000257-02.2015.5.10.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante e Embargado CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A.
Advogada Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930/DF)
Advogada Dra. Patrícia de Abreu Cardoso Pires(OAB: 22824/DF)
Advogada Dra. Cíntia Cecílio(OAB: 41814-A/DF)
Embargante e Embargado ROBERLI REINALDO
Advogado Dr. Gilberto Cláudio Hoerlle(OAB: 5166/DF)
Advogado Dr. Marcelo Américo Martins da Silva(OAB: 11776/DF)
Advogado Dr. Américo Paes da Silva(OAB: 7772/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A.
- ROBERLI REINALDO

Por meio de embargos de declaração, as partes postulam a concessão de efeito modificativo ao julgado.

Dê-se vista às partes contrárias para que, caso queiram, apresentem, no prazo legal, suas razões.

Transcorrido o prazo, retornem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICH
Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-0007739-50.2021.5.15.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa

Embargante	INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS DA SAUDE
Advogado	Dr. Bruno Corrêa Ribeiro(OAB: 236258 -A/SP)
Advogado	Dr. Bruno Mastrangelo Marques(OAB: 307228-A/SP)
Embargado	CARLOS ANDRE MAGNO E OUTROS
Advogado	Dr. Lisandre Rocha Patrício Carneiro(OAB: 163735-A/SP)
Advogado	Dr. Cynthia Christina Paschoal(OAB: 250736-A/SP)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ITU

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ANDRE MAGNO E OUTROS
- INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS DA SAUDE
- JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ITU

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão monocrática de fls. 600/604, por meio da qual o recurso ordinário em mandado de segurança foi conhecido e desprovido.

É o relatório.

DECIDO:

Alega o embargante a existência de omissão no acórdão prolatado por esta Eg. Subseção. Afirma que esta Eg. Corte deixou de se pronunciar sob o enfoque das provas constantes nos autos que, no seu entender, evidenciam que os valores constrictos nos autos originários são repasses provenientes do contrato firmado com o Município de São José dos Campos. Destaca que os documentos constantes a fls. 355, 363, 371, 379, 385 e 390, demonstram o recebimento de recursos públicos para aplicação na saúde. Pontua que os extratos e comprovantes colacionados a fls. 349/390 revelam que na contra sobre a qual recaiu o bloqueio não recebia outros créditos além daqueles repassados pelo Município de São José dos Campos.

Passo à análise.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC. Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Todavia, a medida não impõe ao julgador a obrigação de se manifestar sobre a integralidade de argumentos formulados pelas partes, um a um, mas somente a respeito daqueles suficientes para fundamentar seu convencimento. Afinal, "havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este" (OJ nº 118 da SBDI-1 do C. TST). Insta salientar também ser despiciendo o prequestionamento quando a alegada violação emergir da própria decisão recorrida (OJ nº 119 da SBDI-1 do C. TST).

Antes de adentrar ao exame do caso dos autos, cumpre definir os vícios processuais, a fim de delimitar a análise do incidente à estrita moldura nominada pela parte.

Destarte, haverá omissão quando o julgado deixar de apreciar um pedido, enquanto o prequestionamento evidencia apenas a necessidade de manifestação adicional sobre questões jurídicas a tornar conhecida a matéria que será remetida, eventualmente, mediante recurso. Os vícios de obscuridade e contradição, por sua

vez, ocorrem quando evidenciada a desarmonia da decisão. Obscura é a decisão que padece de perspicuidade, enquanto a contradição diz respeito ao antagonismo endógeno entre premissas silogísticas e a subsunção ou entre o fundamento e a conclusão do provimento.

No caso, não constatados os equívocos acima apontados, inviável a alteração das conclusões da decisão monocrática pela estreita via dos embargos declaratórios. Emerge das razões recursais mero inconformismo com o fundamento constante na decisão de fundo, que a respeito do tema manifestou-se detalhadamente:

"Em razões de recurso ordinário, o impetrante insurge-se contra o bloqueio de valores em sua conta bancária, sustentando sua qualidade de Organização Social, sem fins lucrativos, habilitada ao recebimento de recursos financeiros e à administração de bens e equipamentos do Estado.

Assevera que a constrição recaiu sobre conta destinada ao recebimento de recursos repassados pelo Município de São Jose dos Campos, na forma do contrato nº 34/2020, cujo objeto é a gestão e execução das atividades e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento Campo dos Alemães.

Assevera a impenhorabilidade de valores destinados exclusivamente à utilização de serviço público de saúde, nos termos do art. 833, IX, do CPC.

À análise.

Conforme se depreende dos autos, o ato impugnado na ação mandamental consiste em decisão da MM. Juíza da Vara do Trabalho de Itu/SP, nos autos da reclamação trabalhista subjacente, que deferiu pedido de antecipação de tutela de urgência, consistente no pagamento de salários atrasados no prazo de 48 horas ou, em caso de não comprovação do cumprimento da ordem, o bloqueio de valores na conta bancária do impetrante.

Assim está posto o ato inquinado (fls. 248/249):

"Vistos.

Informam os autores que as reclamadas não vêm efetuando o pagamento de salários desde janeiro de 2021 e requerem, em sede de tutela antecipada, o arresto de bens da primeira reclamada no importe de R\$ 371.916,10. Esclarecem que, embora contratados, não tiveram o contrato de trabalho anotado.

Para instruir o pedido, juntou diversos documentos, dentre os quais controles de plantões, mensagens eletrônicas e extratos bancários. Os documentos juntados com a inicial evidenciam que os autores são médicos que atuam no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Itu.

Trata-se de fato público e notório, veiculado através da imprensa local, que a primeira reclamada afirmou não ter condições de honrar seus compromissos financeiros e que os médicos estão há meses trabalhando sem receber salários.

Tal fato já seria o suficiente à demonstração do dano experimentado pelos reclamantes, senão irreparável, certamente de difícil reparação, em função da natural demora na solução de demandas de cognição plena, como é o caso dos autos. Além disso, os direitos versados nas demandas trabalhistas são de natureza alimentar, daí a premência quanto à sua satisfação, no que presente o periculum in mora.

Com estas ponderações, antecipam-se os efeitos da tutela meritória, para determinar, previamente, que a primeira reclamada efetue o pagamento de salários atrasados, no prazo de 48 horas, diretamente aos autores e noticiando nos autos.

Não havendo notícias do pagamento, proceda-se ao bloqueio bancário, pelo sistema SISBAJUD, em contas de titularidade da

primeira reclamada, até o limite de R\$ 371.916,10. Infrutífera a medida, proceda-se ao bloqueio de bens, por meio das demais ferramentas disponíveis.

O montante a ser bloqueado deverá levar em conta as parcelas ainda pendentes de quitação, descontadas aquelas que presumidamente já foram quitadas.

Cite-se a primeira reclamada, inclusive da audiência já designada.

Intime-se a parte reclamante da presente decisão e as demais reclamadas da audiência designada."

Pois bem.

Não há dúvidas de que o Código de Processo Civil, prestigiando o direito coletivo, disciplinou no inciso IX do art. 833 que são impenhoráveis "os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social".

Dos documentos colacionados à ação mandamental extrai-se que o impetrante firmou contrato com o Município de São Jose dos Campos/SP para a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento Campo dos Alemães.

Compulsando os autos, verifica-se que litisconsortes passivos ajuizaram a reclamação trabalhista subjacente, postulando a anotação da CTPS e o pagamento de salários vencidos decorrentes da prestação de serviços médicos realizados no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Itu.

Ocorre que, conforme consignado na decisão recorrida, não há nos autos elementos capazes de comprovar que os valores alcançados pelo bloqueio judicial sejam oriundos de recursos públicos.

Registre-se, por oportuno, que o próprio estatuto social do impetrante prevê, em seu Capítulo XIII, diversas outras fontes de receita (fl. 33).

Assim, não verificada a existência de prova pré-constituída capaz de revelar a contrição de montante proveniente de repasse público, impossível vislumbrar-se afronta a direito líquido e certo do impetrante.

À vista do exposto, nego provimento ao recurso ordinário."

Depreende-se da transcrição da decisão recorrida, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento de reanálise da matéria.

Cumpra ressaltar que a premissa estabelecida no acórdão embargado foi no sentido de que não há nos autos elementos capazes de comprovar que os valores alcançados pelo bloqueio judicial sejam oriundos de recursos públicos. Na oportunidade, destacou-se que, que o próprio estatuto social do impetrante prevê, em seu Capítulo XIII, diversas outras fontes de receita.

O reexame do mérito e da aplicação do direito é vedado em sede de embargos de declaração. Se a parte entende que o acórdão não julgou corretamente a questão (error in iudicando), ou que tal entendimento destoa dos meios probatórios produzidos ou do posicionamento preponderante sobre a matéria, deve expor seu inconformismo por meio de medida recursal adequada.

Nestes termos, nego provimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA
Ministra Relatora

Processo Nº RO-0101099-05.2016.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Recorrente	ALEXANDRE PEDROSA PALECEK
Advogado	Dr. Sergio Antônio Jesus Cataldo(OAB: 178742-A/RJ)
Recorrido	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SÃO JOSÉ
Advogado	Dr. Fábio Cabral Silva de Oliveira Monteiro(OAB: 261844/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE PEDROSA PALECEK
- ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SÃO JOSÉ

Retificar autuação para fazer constar a classe processual de Agravo de Instrumento, sendo agravante ALEXANDRE PEDROSA PALECEK e agravada ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SÃO JOSÉ, devendo ser atualizados, também, os registros no sistema informatizado.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA
Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-1002315-41.2019.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante	SIDNEY AKIRA NAKAOKA
Advogado	Dr. Alexandre de Assis Corrêa(OAB: 133989-A/SP)
Advogado	Dr. Jorge Pinheiro Castelo(OAB: 78398/SP)
Embargado	HIDEAKI IJIMA & CIA S/C HAIR MOEMA E OUTRA
Advogado	Dr. Caio Jubert Caiuby Guimarães(OAB: 273233-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HIDEAKI IJIMA & CIA S/C HAIR MOEMA E OUTRA
- SIDNEY AKIRA NAKAOKA

Vistos etc.

Por meio da decisão às fls. 1310/1312, indeferi o requerimento de justiça gratuita, formulado nas razões do recurso ordinário, assinando prazo às Requerentes/autoras para comprovação do pagamento das custas processuais, no prazo de cinco dias, em conformidade com o art. 99, § 7º, do CPC/2015 e a OJ 269, II, da SBDI-I do TST, sob pena de não conhecimento do apelo.

O Recorrido/réu opõe embargos de declaração alegando a existência de omissão na decisão, relativamente à ausência de depósito recursal, matéria de ordem pública, passível de conhecimento de ofício.

Sustenta que "além de não terem efetuado o pagamento das custas processuais quando da interposição do recurso ordinário, as empresas recorrentes, também, deixaram de efetuar o depósito recursal, exigido pelo art. 899 da CLT, não sendo as autoras beneficiárias da justa gratuita não são isentas do preparo recursal (§10 do art. 899 da CLT)" (fl. 1315).

Acrescenta que "não se trata de situação de insuficiência do depósito recursal, mas de sua absoluta ausência, não havendo espaço para a adoção da diligência a que aludem o §2º do art. 1007 do CPC e a OJ 140 da SBDI-1 do C.TST" (fl. 1315).

Requer seja reconhecida a deserção, assinalando que, além de não terem recolhido as custas, as Recorrentes/autoras deixaram de efetuar o depósito recursal, do qual não são isentas (art. 899 da CLT), sendo incabível a intimação a que se referem o § 2º do art. 1007 do CPC de 2015 e a OJ 140 da SBDI-1 do TST.

Assim resumida a espécie, profiro a seguinte decisão, com fundamento no artigo 1.024, § 2º, do CPC e na diretriz da Súmula 421, I, desta Corte.

Regulares e tempestivos, CONHEÇO dos embargos de declaração. No mérito, sem nenhuma razão o Embargante.

O pedido de corte rescisório foi julgado improcedente no acórdão recorrido, inexistindo, portanto, condenação em pecúnia.

Nesse cenário, incabível o depósito recursal, conforme diretrizes das Súmulas 99 e 161 do TST, assim redigidas:

Súmula 99 do TST.

AÇÃO RESCISÓRIA. DESERÇÃO. PRAZO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 117 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção. (ex-Súmula nº 99 - alterada pela Res. 110/2002, DJ 15.04.2002 - e ex-OJ nº 117 da SBDI-2 - DJ 11.08.2003)

Súmula 161 do TST.

DEPÓSITO. CONDENAÇÃO A PAGAMENTO EM PECÚNIA (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

Se não há condenação a pagamento em pecúnia, descabe o depósito de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 899 da CLT (ex-Prejulgado nº 39).

Relembro, ainda que a jurisprudência do TST está sedimentada no sentido de que o deferimento de honorários assistenciais não se enquadra no conceito de condenação em pecúnia para os efeitos da exigência de depósito recursal, conforme disposto no art. 2º, parágrafo único, da IN 27 do TST.

Ademais, o entendimento externado no julgamento de minha relatoria reproduzido nos embargos de declaração não se aplica ao caso examinado. Veja-se que no referido julgado, a parte autora foi condenada ao pagamento de custas processuais e, ao interpor recurso ordinário, não requereu o benefício da justiça gratuita. Não há, portanto, qualquer vício a ser sanado.

Ressalto que o mero inconformismo quanto à decisão exarada ou ainda o entendimento de que a decisão implicou violação de dispositivos de lei, sem a demonstração inequívoca dos vícios consagrados nos artigos 1.022 do CPC e 897-A da CLT, não autoriza a oposição de embargos declaratórios.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº EDCiv-ROT-0000219-06.2018.5.20.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	JAZIEL COSTA SANTOS E OUTROS
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Reis Cleto(OAB: 352-A/SE)
Embargado	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAZIEL COSTA SANTOS E OUTROS
- VALE S.A.

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão monocrática de fls. 1.237/1.251, por meio da qual o recurso ordinário em ação rescisória foi conhecido e provido para julgar procedente a pretensão desconstitutiva. Na oportunidade, a ré foi condenada, em juízo rescisório, ao pagamento do adicional noturno e reflexos sobre as horas trabalhadas após as 5h, conforme se apurar em liquidação de sentença.

É o relatório.

Em razões de embargos de declaração, insurge-se autor sustentando obscuridade na decisão embargada. Assevera que o deferimento de reflexos sem o registro específico das parcelas indicadas na petição inicial da reclamação trabalhista pode gerar incidentes em sede de liquidação de sentença.

Passo à análise.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC. Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Todavia, a medida não impõe ao julgador a obrigação de se manifestar sobre a integralidade de argumentos formulados pelas partes, um a um, mas somente a respeito daqueles suficientes para fundamentar seu convencimento. Afinal, "havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este" (OJ nº 118 da SBDI-1 do C. TST). Insta salientar também ser despidendo o prequestionamento quando a alegada violação emergir da própria decisão recorrida (OJ nº 119 da SBDI-1 do C. TST).

Antes de adentrar ao exame do caso dos autos, cumpre definir os vícios processuais, a fim de delimitar a análise do incidente à estrita moldura nominada pela parte.

Destarte, haverá omissão quando o julgado deixar de apreciar um pedido, enquanto o prequestionamento evidencia apenas a necessidade de manifestação adicional sobre questões jurídicas a tornar conhecida a matéria que será remetida, eventualmente, mediante recurso. Os vícios de obscuridade e contradição, por sua vez, ocorrem quando evidenciada a desarmonia da decisão. Obscura é a decisão que padece de perspicuidade, enquanto a contradição diz respeito ao antagonismo endógeno entre premissas silogísticas e a subsunção ou entre o fundamento e a conclusão do provimento.

No caso, não constatados os equívocos acima apontados, inviável a alteração das conclusões da decisão monocrática pela estreita via

dos embargos declaratórios. Emerge das razões recursais mero inconformismo com o fundamento constante na decisão de fundo, que a respeito do tema manifestou-se detalhadamente:

"À vista do exposto, dou provimento ao apelo (art. 932 do CPC), para julgar procedente a ação rescisória, com fundamento no art. 966, V, do CPC, por violação literal do art. 73, § 5º, da CLT, a fim de desconstituir o acórdão proferido pelo Eg. TRT nos autos da reclamação trabalhista nº 0001506-78.2021.5.20.0011, e, em juízo rescisório, proferindo novo julgamento da causa principal, dar provimento ao recurso ordinário dos reclamantes, para condenar a reclamada ao pagamento do adicional noturno e reflexos sobre as horas trabalhadas após as 5h, conforme se apurar em liquidação de sentença."

Depreende-se da transcrição da decisão recorrida, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento de reanálise da matéria.

Cumprido ressaltar que a premissa estabelecida no acórdão embargado foi pela condenação da reclamada ao pagamento do adicional noturno e reflexos sobre as horas trabalhadas após as 5h, conforme se apurar em liquidação de sentença.

O reexame do mérito e da aplicação do direito é vedado em sede de embargos de declaração. Se a parte entende que o acórdão não julgou corretamente a questão (error in iudicando), ou que tal entendimento destoa dos meios probatórios produzidos ou do posicionamento preponderante sobre a matéria, deve expor seu inconformismo por meio de medida recursal adequada.

Nestes termos, nego provimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHIA
Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-0101721-16.2018.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	CLAUDIO MARCOS ROCHA DE SOUZA
Advogado	Dr. Ricardo Xavies de Araújo Feio(OAB: 59083/RJ)
Advogado	Dr. Daniela Andrade Feio(OAB: 81366-A/RJ)
Embargado	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO MARCOS ROCHA DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-0010938-67.2019.5.18.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	Dra. Mércia Aryce da Costa(OAB: 3309-A/GO)
Embargado	ALINE ESTHEFANE FERREIRA DE LIMA CAMELO E OUTRO
Advogado	Dr. André Buchner Barbieux Da Rosa Sampaio(OAB: 27695-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE ESTHEFANE FERREIRA DE LIMA CAMELO E OUTRO
- EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Por meio de embargos de declaração, a parte postula a concessão de efeito modificativo ao julgado.

Dê-se vista à parte contrária para que, caso queira, apresente, no prazo legal, suas razões.

Transcorrido o prazo, retornem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-0100639-81.2017.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	CLÁUDIO ANTÔNIO FORTUNATO
Advogado	Dr. Pedro Ernesto Arruda Proto(OAB: 78430/SP)
Embargado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogada	Dra. Guilmar Borges de Rezende(OAB: 22259-A/RJ)
Advogado	Dr. Márcio Guimarães Pessoa(OAB: 79459/RJ)
Embargado	LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CLÁUDIO ANTÔNIO FORTUNATO
- LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão monocrática de fls. 531/537, por meio da qual o recurso ordinário em ação rescisória foi conhecido e desprovido. Na oportunidade, foi mantida a configuração da decadência detectada pela Corte de origem.

É o relatório.

DECIDO:

Alega o embargante a existência de omissão no acórdão prolatado por esta Eg. Subseção. Afirma que esta Eg. Corte deixou de se pronunciar sob o enfoque da existência de certidão emitida por servidor do Tribunal Superior do Trabalho por meio da qual foi

registrado o trânsito em julgado da reclamação trabalhista originária em 12/6/2015.

Passo à análise.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC. Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Todavia, a medida não impõe ao julgador a obrigação de se manifestar sobre a integralidade de argumentos formulados pelas partes, um a um, mas somente a respeito daqueles suficientes para fundamentar seu convencimento. Afinal, "havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este" (OJ nº 118 da SBDI-1 do C. TST). Insta salientar também ser despidendo o prequestionamento quando a alegada violação emergir da própria decisão recorrida (OJ nº 119 da SBDI-1 do C. TST).

Antes de adentrar ao exame do caso dos autos, cumpre definir os vícios processuais, a fim de delimitar a análise do incidente à estrita moldura nominada pela parte.

Destarte, haverá omissão quando o julgado deixar de apreciar um pedido, enquanto o prequestionamento evidencia apenas a necessidade de manifestação adicional sobre questões jurídicas a tornar conhecida a matéria que será remetida, eventualmente, mediante recurso. Os vícios de obscuridade e contradição, por sua vez, ocorrem quando evidenciada a desarmonia da decisão. Obscura é a decisão que padece de perspicuidade, enquanto a contradição diz respeito ao antagonismo endógeno entre premissas silogísticas e a subsunção ou entre o fundamento e a conclusão do provimento.

No caso, não constatados os equívocos acima apontados, inviável a alteração das conclusões da decisão monocrática pela estreita via dos embargos declaratórios. Emerge das razões recursais mero inconformismo com o fundamento constante na decisão de fundo, que a respeito do tema manifestou-se detalhadamente:

"Em razões de recurso ordinário, insurge-se o autor contra a configuração da decadência, sustentando que o trânsito em julgado nos autos do processo matriz somente se operou com a decisão que denegou seguimento ao recurso de extraordinário interposto. Destaca que a certidão constante nos autos evidencia o trânsito em julgado em 12/6/2015, sendo tempestiva a propositura da ação rescisória em 8/5/2017.

À análise.

Consoante se infere dos autos, a ação rescisória foi ajuizada com o objetivo de desconstituir o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região nos autos da reclamação trabalhista subjacente, com fundamento no inciso V do art. 485 do CPC. Em consulta ao sistema de acompanhamento processual desta Eg. Corte, verifica-se, conforme consignado na decisão recorrida, que contra a decisão rescindenda foi interposto recurso de revista cujo seguimento foi denegado (fl. 220/221). Interposto agravo de instrumento, a Eg. 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou-lhe provimento pelo acórdão de fls. 224/236, publicado em 29/8/2014.

Inconformado o autor, então reclamante, interpôs o recurso de embargos, cujo seguimento foi denegado, por incabível (Súmula

353/TST), em decisão publicada em 10/2/2015.

Em 25/2/2015, o reclamante manejou recurso extraordinário contra a referida decisão monocrática.

O Exmo. Ministro Vice-Presidente do TST denegou seguimento ao apelo, sob o fundamento de que manifestamente incabível (DEJT de 29/4/2015). Na oportunidade, destacou que o então recorrente não se utilizou do agravo previsto nos arts. 557, § 1º, do CPC/73 e 896, § 5º, do TST. Ressaltou, ainda, que o prazo para a impugnação de decisão monocrática encerrou-se em 18/2/2015 (fls. 294/296).

Pois bem.

Na forma da Súmula 100 do TST, item I, "o prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não", ao passo que seu item III orienta que, "salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial".

Na hipótese, esta evidenciado nos autos que a parte utilizou-se de recursos manifestamente incabíveis para cada momento processual, situação que atrai a incidência do item III da Súmula 100 do TST.

Assim, evidenciado o ajuizamento da ação rescisória apenas em 8/5/2017 (fl. 3), inafastável a caracterização da decadência, uma vez que inobservado o prazo a que alude o art. 495 do CPC/73. Registre-se, por fim que, nos termos da Súmula 100, IV, desta Corte, "o juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial".

Ante o exposto, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao recurso ordinário.

Publique-se."

Depreende-se da transcrição da decisão recorrida, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento de reanálise da matéria.

Cumpre ressaltar que a premissa estabelecida no acórdão embargado foi pela caracterização da decadência, uma vez que inobservado o prazo a que alude o art. 495 do CPC/73. Na oportunidade, destacou-se que, na forma do item IV da Súmula 100 do TST, "o juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial". O reexame do mérito e da aplicação do direito é vedado em sede de embargos de declaração. Se a parte entende que o acórdão não julgou corretamente a questão (error in judicando), ou que tal entendimento destoa dos meios probatórios produzidos ou do posicionamento preponderante sobre a matéria, deve expor seu inconformismo por meio de medida recursal adequada.

Nestes termos, nego provimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-ROT-0008106-74.2021.5.15.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante EATON LTDA.
Advogado Dr. Thiago Chohfi(OAB: 207899-A/SP)
Advogada Dra. Chohfi & Lopes Sociedade de Advogados(OAB: 12765/SP)
Embargado SERGIO ANANIAS DA SILVA
Advogado Dr. Pedro Lopes de Vasconcelos(OAB: 248913-A/SP)
Autoridade Coatora JUÍZA DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - MICHELE DO AMARAL

Intimado(s)/Citado(s):

- EATON LTDA.
- JUÍZA DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - MICHELE DO AMARAL
- SERGIO ANANIAS DA SILVA

Com esteio no art. 269, parágrafo único, do Regimento Interno e na Súmula 421, II, desta Corte, ante o princípio da fungibilidade, recebo os embargos declaratórios como agravo.

Reautuem-se e intime-se a parte agravante para, se quiser, complementar as razões recursais, no prazo de cinco dias (art. 1.021, § 1º, do CPC).

Em seguida, independentemente de manifestação, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de oito dias.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICH
Ministra Relatora

Processo Nº ROT-0000754-51.2020.5.06.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente EXPRESSO VERA CRUZ LTDA
Advogado Dr. Fernando Antônio Malta Montenegro(OAB: 4239-A/PE)
Recorrido SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URBANOS DE PASSAGEIROS DO RECIFE E REGIÕES METROPOLITANA DA MATA SUL E NORTE DE PERNAMBUCO
Advogado Dr. Raquel de Oliveira Sousa(OAB: 4572-A/SE)
Autoridade Coatora MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Recorrido JUIZ TITULAR DA 4ª VARA DO TRABALHO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO VERA CRUZ LTDA
- JUIZ TITULAR DA 4ª VARA DO TRABALHO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URBANOS DE PASSAGEIROS DO RECIFE E REGIÕES METROPOLITANA DA MATA SUL E NORTE DE PERNAMBUCO

Vistos etc..

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Expresso Vera

Cruz Ltda. contra decisão que deferiu tutela provisória de urgência no processo matriz n.º ACP Civ 0000567-96.2020.5.06.0144.

Ocorre, entretanto, que em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 6.ª Região, verifica-se que foi prolatada sentença nos autos da ação originária, em que praticado o ato questionado no presente mandamus, cuja publicação ocorreu em 11/11/2022.

Tem-se, por conseguinte, a perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos exatos termos do entendimento sedimentado no item III da Súmula n.º 414 do TST, in verbis:

"MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA

(...)

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Ante o exposto, conheço do Recurso Ordinário e denego a segurança, em decorrência da perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos termos do art. 6.º, § 5.º, da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LUIZ JOSÉ DEZEN DA SILVA
Ministro Relator

Processo Nº ROT-0000594-26.2020.5.06.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA
Advogado Dr. Fernando Antônio Malta Montenegro(OAB: 4239-A/PE)
Advogado Dr. Fernando André Leão Carvalho(OAB: 26784/PE)
Recorrido MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Procurador Dr. Livia Viana de Arruda
Autoridade Coatora JUIZ TITULAR DA 11ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE

Intimado(s)/Citado(s):

- JUIZ TITULAR DA 11ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE
- METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Vistos etc..

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Metropolitana Empresa de Transporte Coletivo Ltda. contra decisão que deferiu tutela provisória de urgência no processo matriz n.º ACP Civ 0000458-93.2020.5.06.0011.

Ocorre, entretanto, que em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 6.ª Região, verifica-se que foi prolatada sentença nos autos da ação originária, em que praticado o ato questionado no presente mandamus, cuja publicação ocorreu em 30/11/2022.

Tem-se, por conseguinte, a perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos exatos termos do entendimento sedimentado no item III da Súmula n.º 414 do TST, in verbis:

**"MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA
CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA**

(...)

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Ante o exposto, conheço do Recurso Ordinário e denego a segurança, em decorrência da perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos termos do art. 6.º, § 5.º, da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA

Ministro Relator

Processo Nº ROT-1000275-91.2016.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Recorrente	WAGNER RIBEIRO CAMPOS
Advogado	Dr. Antônio Carlos José Romão(OAB: 74655-D/SP)
Recorrido	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogada	Dra. Suzana Klibis(OAB: 247276/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- WAGNER RIBEIRO CAMPOS

Trata-se de recurso ordinário interposto por Wagner Ribeiro Campos contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que julgou procedente a pretensão rescisória ajuizada pelo Município de Guarulhos, com fundamento no art. 485, V, do CPC, visando desconstituir o acórdão prolatado na ação trabalhista n.º 0000347-34.2013.5.02.0313.

Contrarrazões apresentadas, às fls. 525/530.

O Ministério Público do Trabalho oficial, à fl. 540, pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso.

MÉRITO

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região julgou procedente a pretensão rescisória, por violação a norma legal, para afastar a condenação ao pagamento das parcelas "sexta-parte" e "quinquênios". Eis os fundamentos:

Ação Rescisória. Inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

Trata-se de ação rescisória proposta pelo Município de Guarulhos, pela qual pretende a rescisão da decisão proferida nos autos principais (Processo nº 0000347-34.2013.5.02.0313), baseado em declaração de inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica do

Município, que fundamentou a concessão do benefício pleiteado, consistente em quinquênio, e concedido na ação principal, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se verifica na ação direta de inconstitucionalidade nº 2083718-70.2014.8.26.0000 (id c7f2804), bem como por este E. TRT, em processo 0009239-61.2014.5.02.0000, com a edição da Súmula 25. De fato, este E. TRT firmou entendimento jurisprudencial no sentido de que o art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos padece de inconstitucionalidade, por afronta ao art. 61, § 1º, II, "a", da CF, por vício formal de iniciativa e usurpação de competência, porquanto não proposto pelo Chefe do Poder Executivo, através da Súmula 25.

O verbete de referida Súmula pacificou a jurisprudência quanto a inconstitucionalidade de referido artigo de legislação municipal.

Diante do grande número de ações distribuídas em relação à referida matéria, com diversas soluções entre as Turmas deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, foi instaurado o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) Processo 0000444-95.2016.5.02.0000 pelo Pleno deste Regional, conforme acórdão do Exmo. Redator Designado Flávio Villano Macêdo, pelo qual se fixou a seguinte tese:

"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. AÇÃO RESCISÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. FIXAÇÃO DE TESES 1. As decisões proferidas em reclamações trabalhistas que reconheceram direito à percepção de quinquênios e sexta-parte de vencimentos, com fulcro no artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, transitadas em julgado sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 não se mostram passíveis de corte rescisório por afronta à Súmula 25 deste Regional.

2) As decisões proferidas em reclamações trabalhistas que reconheceram direito à percepção de quinquênios e sexta-parte de vencimentos, com fulcro no artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos - declarado inconstitucional pelo TJ/SP, sem modulação de efeitos, por força da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2083718-70.2014.5.8.26.0000 - passada s em julgado antes de 5 de fevereiro de 2015 (data de publicação da decisão da ADI no DJE) - não são passíveis de corte rescisório, com base no artigo 966, V, do CPC/2015 (artigo 485, V do CPC/1973), pois ainda não transitada em julgado a decisão proferida na ADI, pendente de análise perante o Supremo Tribunal Federal.(destaquei)

Não há dúvida quanto ao efeito vinculante das decisões de recursos repetitivos para todos os órgãos deste Tribunal. Entretanto, como se infere da própria solução do controle difuso de constitucionalidade através da solução do IRDR 0000444-95.2016.5.02.0000, houve modulação dos efeitos da decisão, na medida em que inexistia decisão definitiva na ação em que se deu o controle concentrado da mesma inconstitucionalidade, de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e que pendia de solução recursal perante o Supremo Tribunal Federal.

A decisão supra transcrita, referente à uniformização da declaração de inconstitucionalidade por meio difuso, situou-se em dois direcionamentos, diante da inexistência de decisão definitiva na ação direta de inconstitucionalidade (controle concentrado, portanto): (i) ação rescisória por divergência por respeito a decisões proferidas através de IRDR somente seria possível a partir da vigência do novo CPC, que previu essa modalidade vinculante de uniformização de jurisprudência; (ii) diante da inexistência de trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, somente seria passível de corte rescisório aqueles processos cujo trânsito em julgado fosse posterior a

publicação da decisão proferida na ação direta (05.02.2015). Registro que o acórdão referido realiza o efeito modulador da declaração de inconstitucionalidade, porquanto considera que a falta deste na ação direta estava pendente de análise recursal perante o Supremo Tribunal Federal.

Muito embora não tenha ocorrido o trânsito em julgado da solução uniformizadora de jurisprudência deste Tribunal, o que se vê do andamento processual disponibilizado no site do C.TST, que informa estar conclusos para voto no gabinete do Exmo. Ministro Relator Douglas Alencar Rodrigues desde 11.12.2018, fato é que a decisão uniformizadora no controle difuso não pode se opor à solução da ação direta de inconstitucionalidade, agora já transitada em julgado. E nesta não houve qualquer modulação dos efeitos, de modo que prevalece o entendimento de que a inconstitucionalidade de lei local é decisão declaratória, com efeitos ex tunc.

Necessário destacar que a retroação dos efeitos da declaração da inconstitucionalidade decorre da própria decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, agora, conta com o aval da Suprema Corte. Nem se avenge que a decisão do Supremo Tribunal Federal não ingressou na análise meritória. Como se sabe, o controle concentrado da legalidade de atos normativos municipais é realizado por competência material pelo Tribunal de Justiça de cada Estado federado.

Não decorre daí qualquer desrespeito à jurisprudência uniformizada deste Tribunal Regional, na medida em que ambas as decisões são pela inconstitucionalidade (em controle difuso e concentrado), e a procedência desta ação está jungida aos efeitos da declaração de lei inconstitucional em relação à coisa julgada.

A análise do acórdão proferido nos autos da ação declaratória de inconstitucionalidade processo TJ 2083718-70.2014.8.26.0000, evidencia que o pedido foi acolhido por afronta à Constituição Estadual (arts. 5º e 47, incisos II e XIV). Não houve, no acórdão do Tribunal de Justiça, agora transitado em julgado, qualquer modulação de efeitos.

Neste sentido, a decisão da ação direta de inconstitucionalidade se sobrepõe à uniformização de jurisprudência neste E. Tribunal e, desse modo, a rescisão do julgado é medida que se impõe, em que pese os termos do acórdão na IRDR 0000444-95.2016.5.02.0000 (TRT).

Isto porque, o regramento da declaração de inconstitucionalidade pela via do controle concentrado não se sujeita a prazo, sendo que a lei inconstitucional pode ser assim declarada a qualquer tempo. Com mais razão, o ato do Judiciário (decisão com trânsito em julgado que faça coisa julgada material) não supera ato do legislativo e, de igual forma, desafia medida judicial que invalide a decisão eivada de inconstitucionalidade. Neste sentido, perfaz-se ante a coisa julgada de ato inconstitucional o respeito ao princípio democrático, na medida em que ato do legislativo (lei local) entendida inconstitucional pode ser desfeita a qualquer tempo, com efeitos ex tunc, não se justificando a sedimentação da inconstitucionalidade por meio de decisão judicial, em que o prolator da decisão sequer está investido de representatividade política.

A coisa julgada material, embora reconhecida constitucionalmente (art. 5º, XXXVI, da CF) traz qualidade a efeito da sentença que é a definitividade e a imutabilidade. Mas a norma constitucional pressupõe a que todo o sistema jurídico seja respeitado, já que o fundamento da coisa julgada é a segurança jurídica. Ao fazer lei entre as partes, a coisa julgada material somente pode ser considerada existente se o ato judicial for constitucional, desafiando rescisão toda a decisão contaminada de inconstitucionalidade.

Portanto, procedente a ação rescisória. Apenas ad cautelam, registro que a procedência desta rescisória cumpre perfeitamente

com a determinação de que o art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos tenha (...) sua retirada definitiva do ordenamento jurídico, sendo que questões acerca da extensão da decisão para fins de solução na hipótese de processos em que o crédito já tenha sido pago, deve ser analisada caso a caso, perante o juiz competente do julgamento da reclamação trabalhista e da execução (juízo de primeiro grau), garantido o contraditório e observando-se quanto a decisão que eventualmente venha ser proferida, o duplo grau de jurisdição a ambas as partes.

Bem por isso, julgo PROCEDENTE a ação rescisória, rescindindo o v.acórdão proferido nos autos do processo nº 0000347-34.2013.5.02.0313, em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de Guarulhos, em relação à condenação no pagamento de quinquênio e sexta-parte.

Custas processuais a cargo da ré no importe de R\$ 40,00, calculadas sobre o valor dado à causa de R\$ 2.000,00. Concedo à ré os benefícios da justiça gratuita, ficando isenta do recolhimento das custas processuais. Honorários advocatícios a cargo da ré, ora arbitrado em 5%, nos termos do art. 86 do CPC e item IV da Súmula 219 do C.TST, dos quais fica isenta, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita.

O recorrente alega que não houve pronunciamento no acórdão rescindendo acerca da inconstitucionalidade do art. 97 da LOM ou das violações apontadas na inicial, o que atrairia o óbice da Súmula nº 298 do TST. Argui que à época em que ajuizada a ação de corte, o acórdão que declarou a inconstitucionalidade do art. 97 da LOM não havia transitado em julgado e, por isso, não teria o condão de atingir a coisa julgada. Aduz não ser possível o controle concentrado de leis e atos normativos municipais, razão pela qual a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não tem o condão de vincular todas as ações que versem sobre o art. 97 da lei local, tendo apenas efeitos inter partes.

No que interessa, o acórdão rescindendo consignou:

O reclamante é empregado público, desde 28/11/1984, quando foi admitido, mediante aprovação em concurso público, para exercer a função de "Trabalhador Braçal" (doc. 04, volume em apartado), cuja denominação do cargo foi posteriormente alterada para "Assistente de Administração II" (doc. 05 do volume em apartado). A reclamada é o Município de Guarulhos.

Regulamentando o tema, o artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, prevê: "Ao servidor municipal é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, sempre concedido por quinquênio, bem como a sexta parte dos vencimentos integrais, concedido após 20 (vinte) anos de serviço exclusivamente municipal, que serão incorporados aos vencimentos, para todos os efeitos legais".

A doutrina se direciona no sentido de reconhecer os empregados públicos (aqueles contratados sob o regime de CLT) como sendo espécie pertencente ao gênero servidor público. Trata-se da hipótese dos autos, já que o reclamante foi contratado pelo regime celetista.

Está, portanto, na correta definição terminológica, empregados públicos, espécie do gênero servidor público civil.

Acrescente-se que não há distinção sobre funcionário público municipal, no artigo 97 da Lei Orgânica Municipal. Saliente-se que, onde a lei não distingue, não cabe ao interprete fazê-lo.

Não prospera, ainda, a alegação do reclamado (fl. 129), no sentido de que esta Municipalidade possui legislação específica (artigo 9º da Lei n. 4.274/93) que afasta expressamente a concessão dos benefícios em questão a funcionários celetistas.

Como já mencionado, a interpretação da norma do art. 97, da Lei

Orgânica Municipal, não dá margem à exclusão dos servidores celetistas do recebimento das referidas verbas.

Assim, faz jus o reclamante à concessão dos quinquênios, na proporção 5% a cada 5 anos de prestação de serviços, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos (Lei 1.429/1968).

A base de cálculo a ser aplicada para o cálculo do quinquênio, é o salário básico do reclamante.

De mencionar-se, por analogia, o entendimento do C. TST, consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 60 da SDI1, que o adicional por tempo de serviço, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, deve incidir sobre o vencimento básico do servidor público estadual.

"60. Adicional por tempo de serviço. base de cálculo. Salário-base. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. DJ 14.03.2008. O adicional por tempo de serviço - quinquênio previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 713, de 12.04.1993."

A respeito ao direito do reclamante à parcela denominada sexta parte, com razão o reclamante.

O art. 97, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, ao tratar sobre o tema, estabelece que ao servidor público municipal é assegurado a sexta parte dos vencimentos integrais, concedido após 20 anos de serviço exclusivamente municipal, que serão incorporados aos vencimentos para todos os efeitos legais.

Não há distinção sobre funcionário público municipal no artigo em comento, tendo em vista que o dispositivo menciona "servidor público", que é gênero.

De aplicar-se, analogicamente, a Súmula nº 4 deste E. TRT, que assim reza: "Servidor Público Estadual Sexta Parte dos vencimentos benefício que abrange todos os servidores e não apenas os estatutários. (RA Nº 02/05 DJE 25/10/05)."

Como já mencionado, a interpretação da norma do art. 97, da Lei Orgânica Municipal, não dá margem à exclusão dos servidores celetistas do recebimento das referidas verbas.

Em face disso, também não procede a alegada violação ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88), nem ofensa ao princípio da isonomia.

Igualmente, não há falar-se em violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) ou à Súmula 339 do STF, pois a interpretação retromencionada não implica retificação de texto de lei, de modo a ampliar os limites da norma em comento.

Dessa forma, devida a concessão do pagamento da parcela denominada sexta parte.

Com relação à base de cálculo do referido benefício, o art. 97, da Lei da Orgânica do Município, é expresso, autorizando sua incidência sobre os vencimentos integrais.

As verbas deferidas, quais sejam, quinquênios e sexta parte, devem observar o período imprescrito acima reconhecido.

Assim, faz jus o reclamante ao adicional de tempo de serviço (quinquênio), no percentual de 5%, calculado sobre o vencimento básico, bem como a sexta parte, calculada sobre os vencimentos integrais, observada a prescrição, em parcelas vencidas e vincendas até implantação em folha de pagamento, bem como os reflexos em 13º salário, horas extras, férias e depósitos do FGTS, nos termos expressamente requeridos, cuja apuração deverá ser feita em regular liquidação de sentença.

Como se pode inferir da transcrição, o acórdão rescindendo não abordou a matéria sob o enfoque da inconstitucionalidade do art. 97

da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, tampouco se manifestou acerca da norma inserta nos artigos 37, X, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal e 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, impedindo o exame da pretensão fundada no art. 485, V, do CPC, a teor da Súmula nº 298, I e II, do TST, que dispõe:

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE LEI. PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO.

I - A conclusão acerca da ocorrência de violação literal a disposição de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada.

II - O pronunciamento explícito exigido em ação rescisória diz respeito à matéria e ao enfoque específico da tese debatida na ação, e não, necessariamente, ao dispositivo legal tido por violado. Basta que o conteúdo da norma reputada violada haja sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto.

Nesse sentido, julgados da SBDI-II:

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. ART. 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. SEXTA-PARTE E QUINQUÊNIOS. INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. O Município de Guarulhos ajuizou ação rescisória alegando que o acórdão rescindendo, que o condenou ao pagamento das parcelas denominadas "quinquênios" e "sexta-parte", teria violado literalmente os arts. 37, X, 61, § 1º, II, "a" e 169, § 1º, I e II, da Constituição da República, 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição Estadual de São Paulo. Afirma que o art. 97 da Lei Orgânica Municipal de Guarulhos teria sido declarada inconstitucional pelo TJSP. II. Contudo, em atenta leitura dos autos, observa-se que o sucinto acórdão rescindendo limitou-se a estender o direito previsto no art. 97 da LOM à reclamante, empregada pública, sob o fundamento de que o referido artigo não encontrava restrição no regime jurídico aplicável ao trabalhador. III. Assim, ante a patente ausência de pronunciamento explícito (Súmula 298, I, do TST), deve-se acolher o recurso ordinário da parte ré para, em reforma ao acórdão regional, julgar improcedente o pleito rescisório. Precedentes específicos. IV. Recurso ordinário de que se conhece e a que se dá provimento" (ROT-1003107-97.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 16/12/2022).

" RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. 1. Fundamenta-se a pretensão rescisória na violação literal dos arts. 37, X, 61, § 1º, II, "a" e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, além dos arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Menciona a parte autora que o art. 97 da Lei Orgânica Municipal, utilizado como fundamento para a condenação ao adicional por tempo de serviço, já foi declarado inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2. Nos termos da Súmula 298 do TST, a pretensão rescisória calcada em violação manifesta da lei exige pronunciamento explícito, na decisão rescindenda, a respeito da matéria veiculada. Nesse contexto, conforme entendimento

consolidado desta Corte Superior, " basta que o conteúdo da norma reputada violada haja sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto ". 3. No caso concreto, verifica-se que o acórdão rescindendo não emitiu tese acerca das violações constitucionais que fundamentam o pedido rescisório, nem sequer de forma tangencial. Não consta da decisão rescindenda manifestação alguma acerca das matérias contidas nos dispositivos indicados na petição inicial, referentes aos princípios da Administração Pública e à exigência de lei específica, previsão orçamentária e autorização na LDO para fixação e alteração de vencimentos dos servidores públicos. Inviável o corte rescisório, em razão do óbice da Súmula 298 do TST. Precedentes desta SBDI-II. Recurso ordinário conhecido e provido" (ROT-1001975-05.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 07/10/2022).

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. (...) 2. PRETENSÃO DESCONSTITUTIVA FUNDAMENTADA NO ART. 485, V, DA LEI PROCESSUAL. QUINQUÊNIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS/SP. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 37, X, 61, § 1º, II, "A", 169, § 1º, I E II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 5º, § 2º, 24, § 2º, ITEM 1, 25 E 144 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO NA AÇÃO MATRIZ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 298 DO TST. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. A jurisprudência consolidada nesta Corte Superior é no sentido de ser imprescindível o pronunciamento explícito, na decisão rescindenda, acerca da matéria veiculada nas ações rescisórias calcadas no art. 485, V, do Código de Processo Civil de 1973. II. Na hipótese dos autos, não houve tese no acórdão rescindendo acerca da inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos/SP, tampouco sobre a violação dos artigos 37, X, 61, § 1º, II, "a", 169, § 1º, I e II, da Constituição da República, 5º, § 2º, 24, § 2º, item 1, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, tendo-se limitado o órgão julgador em estender o direito de recebimento dos quinquênios, previstos no art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos/SP, aos servidores públicos municipais celetistas, tais como o recorrente. III. Assim, estando a decisão rescindenda em desconformidade com a Súmula nº. 298 do TST, merece reforma o acórdão regional, em que se julgou procedente a ação rescisória. Precedentes desta SBDI-II. IV. Recurso ordinário de que se conhece e a que se dá provimento para julgar improcedente a ação rescisória" (ROT-1000763-46.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 09/09/2022).

Diante do exposto, dou provimento ao recurso para julgar improcedente a pretensão rescisória, amparada no art. 485, V, do CPC. Custas processuais em reversão, pelo autor, calculadas sobre o valor atribuído à causa, das quais fica isento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Honorários advocatícios sucumbenciais pelo autor, ora arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, na forma prevista no art. 85, § 3º, I, do CPC de 2015. Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

Processo Nº ROT-0080165-19.2020.5.07.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Geórgia Lima Azevedo e Nascimento(OAB: 17025/CE)
Recorrido	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES NO ESTADO DO CEARÁ - SINTECT
Advogado	Dr. Ticiano Cordeiro Aguiar(OAB: 19255-A/CE)
Advogada	Dra. Sâmia Maria Oliveira Ribeiro(OAB: 7585-A/CE)
Advogado	Dr. Marcos Martins dos Santos Neto(OAB: 20087-A/CE)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 6ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JUIZ TITULAR DA 6ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES NO ESTADO DO CEARÁ - SINTECT

Vistos etc..

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT contra decisão que deferiu tutela provisória de urgência no processo matriz n.º ACC 0000257-89.2020.5.07.0006.

Ocorre, entretanto, que em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 7.ª Região, verifica-se que foi prolatada sentença nos autos da ação originária, em que praticado o ato questionado no presente mandamus, cuja publicação ocorreu em 22/11/2022.

Tem-se, por conseguinte, a perda superveniente do interesse jurídico da impetrante, nos exatos termos do entendimento sedimentado no item III da Súmula n.º 414 do TST, in verbis:

"MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA

(...)

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Ante o exposto, conheço do Recurso Ordinário e denego a segurança, em decorrência da perda superveniente do interesse jurídico da impetrante, nos termos do art. 6.º, § 5.º, da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LUIZ JOSÉ DEZEN DA SILVA
Ministro Relator

Processo Nº ROT-0000044-24.2021.5.05.0000

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Relator Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado Dr. Carlos Augusto Tortoro Junior(OAB: 247319-A/SP)
Recorrido MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Procuradora Dra. Adriana Holanda Maia Campelo
Autoridade Coatora JUIZ TITULAR DA 3ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JUIZ TITULAR DA 3ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Vistos etc..

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Banco Santander (Brasil) S.A. contra decisão que deferiu tutela provisória de urgência no processo matriz n.º ACPCiv 0000547-82.2020.5.05.0193.

Ocorre, entretanto, que em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 5.ª Região, verifica-se que foi prolatada sentença nos autos da ação originária, em que praticado o ato questionado no presente mandamus, cuja publicação ocorreu em 2/12/2022.

Tem-se, por conseguinte, a perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos exatos termos do entendimento sedimentado no item III da Súmula n.º 414 do TST, in verbis:

"MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA

(...)

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Ante o exposto, conheço do Recurso Ordinário e denego a segurança, em decorrência da perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos termos do art. 6.º, § 5.º, da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LUIZ JOSÉ DEZEN DA SILVA

Ministro Relator

Processo Nº ROT-0000779-57.2021.5.05.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente ADEMIR MARIANO DE SOUZA
Advogado Dr. Sandro Gomes Ferreira(OAB: 800-B/BA)
Recorrido JSL S.A.
Advogada Dra. Elisabete Maria Cani Ravani Gaspar(OAB: 6523/ES)
Autoridade Coatora JUÍZA DA VARA DO TRABALHO DE TEIXEIRA DE FREITAS - DANUSA ALMEIDA VINHAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMIR MARIANO DE SOUZA
- JSL S.A.

- JUÍZA DA VARA DO TRABALHO DE TEIXEIRA DE FREITAS - DANUSA ALMEIDA VINHAS

Vistos etc..

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Ademir Mariano de Souza contra decisão que indeferiu tutela provisória de urgência no processo matriz n.º RTOrd 0000764-18.2019.5.05.0531.

Ocorre, entretanto, que em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 5.ª Região, verifica-se que foi prolatada sentença nos autos da ação originária, em que praticado o ato questionado no presente mandamus, cuja publicação ocorreu em 23/12/2022.

Tem-se, por conseguinte, a perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos exatos termos do entendimento sedimentado no item III da Súmula n.º 414 do TST, in verbis:

"MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA

(...)

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Ante o exposto, conheço do Recurso Ordinário e denego a segurança, em decorrência da perda superveniente do interesse jurídico do impetrante, nos termos do art. 6.º, § 5.º, da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LUIZ JOSÉ DEZEN DA SILVA

Ministro Relator

Processo Nº ROT-1000071-47.2016.5.02.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Recorrente RUTE BARBOZA DA ROCHA
Advogado Dr. Marcelo de Campos Mendes Pereira(OAB: 160548-A/SP)
Recorrido MUNICIPIO DE GUARULHOS
Procuradora Dra. Edma dos Santos Silva

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE GUARULHOS
- RUTE BARBOZA DA ROCHA

Trata-se de recurso ordinário interposto por Rute Barbosa da Rocha contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que julgou procedente a pretensão rescisória ajuizada pelo Município de Guarulhos, com fundamento no art. 485, V, do CPC, visando desconstituir o acórdão prolatado na ação trabalhista n.º 0001100-31.2012.5.02.0311.

Contrarrrazões apresentadas, às fls. 396/406.

O Ministério Público do Trabalho oficia, às fls. 422/423, pelo provimento do recurso.

É o relatório.

CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço

do recurso.

MÉRITO

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região julgou procedente a pretensão rescisória, por violação a norma legal, para afastar a condenação ao pagamento de "quinqüênios". Eis os fundamentos:

3.2. Contornos da demanda e fundamentos

A autora pretende rescindir o V. Acórdão que manteve a r. sentença colacionada às fls. 40/42, proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0001100-31.2012.5.02.0311, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Guarulhos e que decidiu pela condenação do ente municipal ao pagamento do adicional denominado quinquênio, benesse prevista no art. 97, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

Comprovou que, em 27/5/2014, houve o trânsito em julgado do r. decisum rescindendo (fl. 109).

Lastreia sua pretensão desconstitutiva no fato de que o mencionado regramento municipal ofende o artigo 61, § 1º, II, "a", da Constituição Federal, apresentando vício de iniciativa, sendo, por isso, declarado inconstitucional, em sede de controle concentrado e com efeitos ex tunc, pelo Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Ação Direta nº 2083718-70.2014.8.26.0000 (fls. 196/206), corroborada pela edição da Súmula nº 25, deste E. Tribunal.

Destaca, por fim, manifesta infringência à norma jurídica, requerendo a rescisão da r. sentença, com fulcro no inciso V do art. 966 do CPC.

A ré apresentou defesa, arguindo ausência de pronunciamento explícito na r. sentença rescindenda, bem como tratar-se de matéria controvertida nos tribunais. No mérito, apontou a inexistência de trânsito em julgado da ADIn pendente junto ao C. STF, acrescentando que no presente caso, a matéria apenas pode ser analisada no controle de constitucionalidade concentrado.

3.3. Apreciação dos fundamentos

Pois bem. De início, registre-se que, em consulta ao sítio do E. STF, constatou-se que o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 920.335), interposto na Ação Direta nº 2083718-70.2014.8.26.0000, transitou em julgado em 15/9/2018 (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4860046>), porquanto o agravo que fora interposto pela Câmara Municipal de Guarulhos foi desprovido.

Nesse trilhar, tem-se que obviamente prevalece a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos da Ação Direta nº 2083718-70.2014.8.26.0000, que, por seu turno, declarou a inconstitucionalidade do artigo 97, da LOM de Guarulhos, nos seguintes termos:

"DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, que institui quinquênios e sexta-parte em favor dos funcionários públicos. Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo, pois se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo. Violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 37, X, e 169, § 1º, I e II, da CF/88 além dos artigos 5º, § 2º, 24, § 2º, item 1, 25 e 144, todos da Constituição Bandeirante. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente."

Assim, não mais se discute eventual impossibilidade ou irregularidade na presente ação rescisória.

Após a publicação da Súmula 25, deste E. TRT, que já dispôs sobre

a inaplicabilidade do art. 97, da LOM de Guarulhos, houve ainda fixação da possibilidade de se rescindir sentenças lato sensu relativas à matéria, consoante definido nos autos do IRDR 0000444-95.2016.5.02.0000, julgado pelo Pleno deste E. 2º TRT, em acórdão da lavra do Exmo. Redator Designado Flávio Villani Macêdo. A saber:

"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. AÇÃO RESCISÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. FIXAÇÃO DE TESES 1. As decisões proferidas em reclamações trabalhistas que reconheceram direito à percepção de quinquênios e sexta-parte de vencimentos, com fulcro no artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, transitadas em julgado sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 não se mostram passíveis de corte rescisório por afronta à Súmula 25 deste Regional. 2) As decisões proferidas em reclamações trabalhistas que reconheceram direito à percepção de quinquênios e sexta-parte de vencimentos, com fulcro no artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos - declarado inconstitucional pelo TJ/SP, sem modulação de efeitos, por força da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2083718-70.2014.5.8.26.0000 - passadas em julgado antes de 5 de fevereiro de 2015 (data de publicação da decisão da ADI no DJE) - não são passíveis de corte rescisório, com base no artigo 966, V, do CPC/2015 (artigo 485, V do CPC/1973), pois ainda não transitada em julgado a decisão proferida na ADI, pendente de análise perante o Supremo Tribunal Federal." (g.n.).

Destarte, em virtude da inequívoca existência de trânsito em julgado da ADI antes mencionada, impõe-se o acolhimento do presente pleito.

Aliás, considerando que o regramento em análise foi declarado inconstitucional, não colhe eco a arguição defensiva sobre ausência de pronunciamento explícito na decisão rescindenda acerca da norma violada, exatamente porque dele não se cogitou a eventual inconstitucionalidade do regramento municipal.

Por esse viés, oportuna a citação de julgado que aborda o tema:

"(...) AÇÃO RESCISÓRIA. FULCRO NO ART. 485, V, DO CPC/1973. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. MUNICÍPIO DE GUARULHOS. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 97 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE TESE EXPLÍCITA ACERCA DA QUESTÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 298, I, DO TST.

Embora não se exija o prequestionamento para ajuizamento da ação rescisória, que não se confunde com recurso de natureza extraordinária, decorre de imperativo lógico que determinada norma somente é passível de ser manifestamente violada caso haja decisão judicial acerca do seu conteúdo. Nessa direção, a Súmula 298, I, dessa Corte Superior é no sentido de que 'a conclusão acerca da ocorrência de violação literal a disposição de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada'. O mesmo verbete, forjado sob a égide do CPC de 1973, impõe que, acerca do conteúdo da norma considerada violada, haja tese explícita sob a mesma perspectiva da ação rescisória na decisão rescindenda (Súmula 298, II, do TST). No caso, porém, em nenhum momento, na decisão rescindenda, foi aventada a inconstitucionalidade de qualquer dispositivo de Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Dessa forma, não se constata a alegada afronta ao preceito constitucional indicado, uma vez que a questão relativa ao quinquênio não foi apreciada sob o enfoque da inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica municipal, tese veiculada apenas na presente ação rescisória. Destaque-se, por fim, que a coisa julgada se aperfeiçoou antes da vigência do art. 525, § 15, do CPC de 2015. Precedentes

específicos desta SBDI-2. Recurso ordinário conhecido e desprovido." (R O-1002498-51.2015.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 28/03/2019, g.n.).

Com efeito, o conteúdo da decisão que se pretende rescindir é exatamente a aplicação do art. 97, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, que deferia os adicionais por tempo de serviço, denominados quinquênios, aos servidores municipais, conforme consta da r. sentença de origem, que transitou em julgado em 27/5/2014.

E, conforme antes consignado, em decisão posterior, fixou-se que tal regramento não faz mais parte do ordenamento jurídico, tendo sido dele extirpado.

A propósito, tem-se que a questão encontra solução pelo § 5º do art. 535 do CPC (em simetria ao antigo parágrafo único do artigo 741 do CPC), que cuida da execução contra a Fazenda Pública e estipula o seguinte: "Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso." (g.n.).

Nesse contexto, restam ultrapassadas as arguições defensivas acerca da aplicação das Súmulas 298, do C. TST e 343, do C. STF, ou ainda, de eventual competência originária deste órgão máximo para apreciação única da matéria, porquanto a inconstitucionalidade do regramento municipal foi deflagrada pelo guardião competente para tanto, qual seja, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça/SP. A recorrente alega que não houve pronunciamento no acórdão rescindendo acerca da inconstitucionalidade do art. 97 da LOM ou das violações apontadas na inicial, o que atrairia o óbice da Súmula nº 298 do TST. Argui que à época em que ajuizada a ação de corte, o acórdão que declarou a inconstitucionalidade do art. 97 da LOM não havia transitado em julgado e, por isso, não teria o condão de atingir a coisa julgada. Aduz não ser possível o controle concentrado de leis e atos normativos municipais, razão pela qual a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não tem o condão de vincular todas as ações que versem sobre o art. 97 da lei local, tendo apenas efeitos inter partes.

No que interessa, o acórdão rescindendo consignou:

2. Adicional por tempo de serviço. A Lei Orgânica do Município de Guarulhos estabelece em seu art. 97 (fl. 114): "Ao servidor municipal é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, sempre concedido por quinquênio, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida após (20) vinte anos de serviço, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos legais." 2.1. O art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos faz alusão ao "servidor municipal", genericamente considerado, sem referir-se especificamente ao estatutário. O conceito lato de "servidor" inclui também o celetista, não podendo ele receber tratamento de exceção não disciplinado, expressamente, por lei. E nem teria existido o propósito legal de tratamento diferenciado, porque a Constituição Federal idealiza o regime jurídico único, assim como a própria Lei Orgânica Municipal (art. 92; doc. 109, vol. de docs.), incompatível com as distinções que o réu pretende constituir. Aplicação analógica da Súmula nº 41 do Tribunal da 2ª Região.

3. Base de cálculo. O adicional por tempo de serviço tem como base de cálculo os vencimentos do cargo efetivo (Lei 1429/68 -

Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, art. 143, § 2º; fl. 167). Os vencimentos contemplam as parcelas remuneratórias e não se restringem ao salário-base. Há que se observar, contudo, que não poderá incidir sobre idêntico adicional ou qualquer acréscimo pecuniário fundado no tempo de serviço (art. 98 da LOM3; fl. 115). Quanto às demais verbas de natureza salarial, devem integrar a base de cálculo do adicional em comento.

Como se pode inferir da transcrição, o acórdão rescindendo não abordou a matéria sob o enfoque da inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, tampouco se manifestou acerca da norma inserta nos artigos 37, X, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal e 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, impedindo o exame da pretensão fundada no art. 485, V, do CPC, a teor da Súmula nº 298, I e II, do TST, que dispõe:

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE LEI. PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO.

I - A conclusão acerca da ocorrência de violação literal a disposição de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada.

II - O pronunciamento explícito exigido em ação rescisória diz respeito à matéria e ao enfoque específico da tese debatida na ação, e não, necessariamente, ao dispositivo legal tido por violado. Basta que o conteúdo da norma reputada violada haja sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto.

Nesse sentido, julgados da SBDI-II:

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. ART. 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. SEXTA-PARTE E QUINQUÊNIOS. INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. O Município de Guarulhos ajuizou ação rescisória alegando que o acórdão rescindendo, que o condenou ao pagamento das parcelas denominadas "quinquênios" e "sexta-parte", teria violado literalmente os arts. 37, X, 61, § 1º, II, "a" e 169, § 1º, I e II, da Constituição da República, 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição Estadual de São Paulo. Afirma que o art. 97 da Lei Orgânica Municipal de Guarulhos teria sido declarada inconstitucional pelo TJSP. II. Contudo, em atenta leitura dos autos, observa-se que o sucinto acórdão rescindendo limitou-se a estender o direito previsto no art. 97 da LOM à reclamante, empregada pública, sob o fundamento de que o referido artigo não encontrava restrição no regime jurídico aplicável ao trabalhador. III. Assim, ante a patente ausência de pronunciamento explícito (Súmula 298, I, do TST), deve-se acolher o recurso ordinário da parte ré para, em reforma ao acórdão regional, julgar improcedente o pleito rescisório. Precedentes específicos. IV. Recurso ordinário de que se conhece e a que se dá provimento" (ROT-1003107-97.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 16/12/2022).

"RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. 1. Fundamenta-se a pretensão

rescisória na violação literal dos arts. 37, X, 61, § 1º, II, "a" e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, além dos arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, I, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Menciona a parte autora que o art. 97 da Lei Orgânica Municipal, utilizado como fundamento para a condenação ao adicional por tempo de serviço, já foi declarado inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2. Nos termos da Súmula 298 do TST, a pretensão rescisória calcada em violação manifesta da lei exige pronunciamento explícito, na decisão rescindenda, a respeito da matéria veiculada. Nesse contexto, conforme entendimento consolidado desta Corte Superior, "basta que o conteúdo da norma reputada violada haja sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto". 3. No caso concreto, verifica-se que o acórdão rescindendo não emitiu tese acerca das violações constitucionais que fundamentam o pedido rescisório, nem sequer de forma tangencial. Não consta da decisão rescindenda manifestação alguma acerca das matérias contidas nos dispositivos indicados na petição inicial, referentes aos princípios da Administração Pública e à exigência de lei específica, previsão orçamentária e autorização na LDO para fixação e alteração de vencimentos dos servidores públicos. Inviável o corte rescisório, em razão do óbice da Súmula 298 do TST. Precedentes desta SBDI-II. Recurso ordinário conhecido e provido" (ROT-1001975-05.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 07/10/2022).

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. (...) 2. PRETENSÃO DESCONSTITUTIVA FUNDAMENTADA NO ART. 485, V, DA LEI PROCESSUAL. QUINQUÊNIOS. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 97 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS/SP. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 37, X, 61, § 1º, II, "A", 169, § 1º, I e II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 5º, § 2º, 24, § 2º, ITEM 1, 25 E 144 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO NA AÇÃO MATRIZ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 298 DO TST. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. A jurisprudência consolidada nesta Corte Superior é no sentido de ser imprescindível o pronunciamento explícito, na decisão rescindenda, acerca da matéria veiculada nas ações rescisórias calcadas no art. 485, V, do Código de Processo Civil de 1973. II. Na hipótese dos autos, não houve tese no acórdão rescindendo acerca da inconstitucionalidade do art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos/SP, tampouco sobre a violação dos artigos 37, X, 61, § 1º, II, "a", 169, § 1º, I e II, da Constituição da República, 5º, § 2º, 24, § 2º, item 1, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, tendo-se limitado o órgão julgador em estender o direito de recebimento dos quinquênios, previstos no art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos/SP, aos servidores públicos municipais celetistas, tais como o recorrente. III. Assim, estando a decisão rescindenda em descompasso com a Súmula nº. 298 do TST, merece reforma o acórdão regional, em que se julgou procedente a ação rescisória. Precedentes desta SBDI-II. IV. Recurso ordinário de que se conhece e a que se dá provimento para julgar improcedente a ação rescisória" (ROT-1000763-46.2016.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 09/09/2022).

Diante do exposto, dou provimento ao recurso para julgar improcedente a pretensão rescisória, amparada no art. 485, V, do CPC. Custas processuais em reversão, pelo autor, calculadas sobre

o valor atribuído à causa, das quais fica isento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Honorários advocatícios sucumbenciais pelo autor, ora arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, na forma prevista no art. 85, § 3º, I, do CPC de 2015. Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

Processo Nº ROT-0011553-74.2019.5.03.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Recorrente	ANGELA MARIA LEITE DE CASTRO SOUZA - CURADORA DE JOSÉ DE CASTRO PINTO JÚNIOR
Recorrido	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG
Advogado	Dr. Marcelo Lopes da Silva(OAB: 74792-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELA MARIA LEITE DE CASTRO SOUZA - CURADORA DE JOSÉ DE CASTRO PINTO JÚNIOR
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG

1. Retifiquem-se os registros de capa, para constar como curadora do autor ÂNGELA MARIA LEITE DE CASTRO SOUZA, inscrita no CPF nº 794.563.756-68.
 2. Registre-se a tramitação preferencial, nos termos do art. 1.048, I, do CPC (portador de doença grave).
 3. Intime-se o Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, a teor do art. 95, I, do RITST.
 4. Após, retornem conclusos.
- Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

**Secretaria da Quarta Turma
Despacho**

Processo Nº Ag-AIRR-0000997-60.2014.5.05.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	EDVÂNIA SILVA DOS SANTOS
Advogado	Dr. José Eymard Loguercio(OAB: 1441 -B/DF)
Agravado	EXPRESSO METROPOLITANO TRANSPORTES LTDA E OUTRO
Advogado	Dr. Celso Luiz de Oliveira(OAB: 17279/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDVÂNIA SILVA DOS SANTOS

- EXPRESSO METROPOLITANO TRANSPORTES LTDA E
OUTRO

EM PETIÇÕES - TST - 652194/2022-6 e 677856/2022-0

À vista do acordo noticiado na Petição nº 652194/2022-6, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0020595-27.2017.5.04.0571

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Agravado	SINDICATO DOS BANCARIOS DE CARAZINHO E REGIAO
Advogado	Dr. Ronaldo Albuquerque Rodrigues(OAB: 86358-A/RS)
Advogado	Dr. Carlos Henrique Niederauer(OAB: 62842-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- SINDICATO DOS BANCARIOS DE CARAZINHO E REGIAO

EM PETIÇÕES - TST - 651456/2022-0 e 653273/2022-7

Em atenção ao Ofício DSP n. 206/2022, determino a baixa dos autos ao CEJUSC 2 do E. TRT da 4ª Região, para realização de audiência de conciliação.

Não havendo acordo, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0100229-19.2019.5.01.0205

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)
Recorrido	ROBSON CORREA GOMES
Advogado	Dr. João Tadeu Rodrigues de Souza(OAB: 154691-D/RJ)
Recorrido	R G LEITE CARGAS E DESCARGAS

Intimado(s)/Citado(s):

- R G LEITE CARGAS E DESCARGAS
- ROBSON CORREA GOMES
- VIA VAREJO S.A.

À vista do acordo noticiado na Petição nº 529285/2022-5, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0002122-29.2014.5.02.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente	GERSON ALVES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 219041/SP)
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 191191-A/SP)
Recorrido	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	Dra. Cíntia Libório Fernandes Costa(OAB: 205553-A/SP)
Advogado	Dr. Daniel Popovics Canola(OAB: 164141-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- GERSON ALVES DE OLIVEIRA

Em razão da desistência do recurso noticiada na Petição nº 647181/2022-5, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001564-94.2015.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	ROMULO DE BRITO FERRAZ
Advogado	Dr. Adelino Venturi Júnior(OAB: 27058-A/PR)
Agravado	GDEX - INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFIS LTDA
Advogado	Dr. Adoniram Ozias Santos(OAB: 63491/PR)
Agravado	OFFICERNET CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
Advogado	Dr. Júlio César Dalmolin(OAB: 25162-A/PR)
Agravado	GDE - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GDE - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
- GDEX - INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFIS LTDA
- OFFICERNET CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
- ROMULO DE BRITO FERRAZ

Em razão da desistência do recurso noticiada na Petição nº 659719/2022-5, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000981-03.2015.5.07.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Agravado	MARIA VANDELÚCIA DE SOUSA RIBEIRO
Advogada	Dra. Francisca Marta Otoni Marinheiro Rodrigues(OAB: 9254/CE)
Advogado	Dr. Igor Otoni Amorim(OAB: 35340/CE)
Agravante e Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Ricardo Fassina(OAB: 209984/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARIA VANDELÚCIA DE SOUSA RIBEIRO

Tendo em vista o acordo noticiado (pág. 3.118), baixem-se imediatamente os autos à origem, para apreciação dos termos e possível homologação.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000065-13.2015.5.02.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado	ELAINE CRISTINA DE SOUZA AMATO
Advogada	Dra. Andréia Cristina Martins Daros Vargas(OAB: 294669/SP)
Agravante e Agravado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. José de Paula Monteiro Neto(OAB: 29443/SP)
Advogada	Dra. Ednalva Leopoldino Galamba(OAB: 326612/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAINE CRISTINA DE SOUZA AMATO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

EM PETIÇÃO - TST - 652867/2022-1

À vista do acordo noticiado, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0010485-90.2018.5.03.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante, Agravado e Recorrente	IGOR CAMARGO ALVES
Advogado	Dr. Humberto Marcial Fonseca(OAB: 55867-A/MG)
Advogado	Dr. Nasser Ahmad Allan(OAB: 28820-A/PR)
Agravante, Agravado e Recorrido	NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado	Dr. Rafael Sganzerla Durand(OAB: 131512-A/MG)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 107878-A/MG)
Agravante, Agravado e Recorrido	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Adair Vicente Teixeira Filho(OAB: 96402-A/MG)
Advogado	Dr. Artur Macedo Júnior(OAB: 175450-A/MG)
Advogado	Dr. Mateus Vieira Bomtempo(OAB: 158380-A/MG)
Advogado	Dr. Glacus Bedeschi da Silveira e Silva(OAB: 163352-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- IGOR CAMARGO ALVES
- NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Tendo em vista o acordo homologado, baixem-se imediatamente os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000404-41.2011.5.04.0871

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Agravado	NELSON GABRIEL MAGALHÃES DE CASTRO
Advogado	Dr. Vágner Von Diemen(OAB: 88146/RS)
Advogado	Dr. Régis Eleno Fontana(OAB: 27389/RS)
Agravante e Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Renato Miler Segala(OAB: 36838-A/RS)
Advogado	Dr. Gustavo Schmidt de Almeida(OAB: 74635-A/RS)
Agravado	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
Advogado	Dr. Dino Araújo de Andrade(OAB: 20182-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
- NELSON GABRIEL MAGALHÃES DE CASTRO

Tendo em vista o acordo noticiado (págs. 3.664-3.668), baixem-se imediatamente os autos à origem, para apreciação dos termos e

possível homologação.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0101926-54.2016.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Recorrente	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.Á.
Advogado	Dr. Sandfredy Tavares Gurgel(OAB: 113650-A/RJ)
Advogado	Dr. Maria Fernanda Anachoreta Ximenes Rocha(OAB: 148456-A/RJ)
Advogado	Dr. Dover Fernandes Pereira Ferraz(OAB: 138327-A/RJ)
Advogada	Dra. Natalia Pereira Praça(OAB: 186599-A/RJ)
Agravado e Recorrido	FABIO BARROS ANTÃO
Advogado	Dr. João Marcus Campos Wanderley(OAB: 156548-A/RJ)
Advogado	Dr. Ana Letícia Campos Wanderley(OAB: 171229-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO BARROS ANTÃO
- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

À vista do acordo noticiado na Petição nº 605588/2022-0, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº ED-ED-RR-0001792-07.2016.5.12.0054

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Embargante	MANOELA PASSOS TRUPPEL DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Ricardo Quintas Carneiro(OAB: 1445-A/DF)
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Embargado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Gilson Klebes Guglielmi(OAB: 38684-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MANOELA PASSOS TRUPPEL DE OLIVEIRA

Tendo em vista o acordo homologado, baixem-se imediatamente os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011491-50.2019.5.15.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	BRCASA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA E OUTRAS
Advogado	Dr. Fabio Esteves de Carvalho(OAB: 247666-A/SP)
Agravado	WILKIS FABIO SILVA
Advogado	Dr. Wagner Willian Afonso de Carvalho(OAB: 290372-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRCASA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA E OUTRAS
- WILKIS FABIO SILVA

À vista do acordo noticiado na Petição nº 634818/2022-0, determino a baixa dos autos à origem.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0002473-95.2014.5.12.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante	AUGUSTO BEPPLER
Advogado	Dr. Paulo Ferrareze Filho(OAB: 29996-B/SC)
Advogado	Dr. Alexandre Matzenbacher(OAB: 36703-S/SC)
Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Rauber Schlickmann Michels(OAB: 14813-A/SC)
Agravado	WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.
Advogada	Dra. Carolina Louzada Petrarca(OAB: 16535/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUGUSTO BEPPLER
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.

Tratando-se de processo solicitado pela Cejusc-JT do TRT de origem, para nova tentativa de conciliação (pág. 7.474), baixem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001182-68.2015.5.10.0009

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada Dra. Paula Canhedo Azevedo(OAB: 21514-A/DF)
Agravado SEBASTIAO ROBERTO SIMOES PEREIRA
Advogado Dr. Rubens Santoro Neto(OAB: 6819-A/DF)
Advogado Dr. Jose Rubens Fuxreiter Santoro(OAB: 63300-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- SEBASTIAO ROBERTO SIMOES PEREIRA
- VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

O pedido de desistência formulado em relação ao agravo é ato unilateral, independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, conforme o artigo 998 do CPC (Lei 13.105/15), e não necessita de homologação, produzindo efeitos imediatos, de acordo com o artigo 200 do CPC (Lei 13.105/15).

Assim sendo, baixem-se imediatamente os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010800-47.2018.5.03.0164

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Agravado QUALITEC ENGENHARIA DA QUALIDADE LIMITADA E OUTROS
Advogado Dr. Cristiano Abras Silva(OAB: 100552-A/MG)
Advogado Dr. Júlio César de Paula Guimarães Baia(OAB: 101435-A/MG)
Advogado Dr. Camila de Paula Guimaraes Baia(OAB: 72878-A/MG)
Agravante e Agravado PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado Dr. Soraya de Almeida Clementino(OAB: 87254-A/MG)
Agravado ALEXANDRE VINICIUS SAMPAIO
Advogado Dr. Marco Antônio Oliveira Freitas(OAB: 101537/MG)
Advogado Dr. Cristiano da Costa e Arvelos Rosa(OAB: 124821-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE VINICIUS SAMPAIO
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
- QUALITEC ENGENHARIA DA QUALIDADE LIMITADA E OUTROS

Tendo em vista o acordo homologado, baixem-se imediatamente os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-ARR-1001817-60.2016.5.02.0707

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante ORIVAL LAPORTA GONCALVES
Advogado Dr. Amir Moura Borges(OAB: 153003-D/SP)
Agravado BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTROS
Advogada Dra. Neuza Maria Lima Pires de Godoy(OAB: 82246/SP)
Agravado TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Agravado COOPERSITE - COOPERATIVA DE SERVICOS DE INFORMATICA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTROS
- COOPERSITE - COOPERATIVA DE SERVICOS DE INFORMATICA
- ORIVAL LAPORTA GONCALVES
- TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

O pedido de desistência formulado em relação ao agravo é ato unilateral, independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, conforme o artigo 998 do CPC (Lei 13.105/15), e não necessita de homologação, produzindo efeitos imediatos, de acordo com o artigo 200 do CPC (Lei 13.105/15).

Assim sendo, baixem-se imediatamente os autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010572-98.2020.5.15.0057

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante B.B.S.
Advogado Dr. Antônio Assis Alves(OAB: 142616-A/SP)
Advogado Dr. Tiago Augusto de Magalhães Arena(OAB: 235355-A/SP)
Advogada Dra. Bianca Cassemiro Camillo(OAB: 390124-A/SP)
Agravado T.C.N.S.
Advogado Dr. Ronny Jefferson Valentim de Mello(OAB: 164590-A/SP)
Advogado Dr. Paulo César Soares(OAB: 143149-A/SP)
Advogado Dr. Keith Mitsue Watanabe Tamanaha(OAB: 276801-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.B.S.
- T.C.N.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0010102-39.2014.5.15.0102

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Agravado VOLKSWAGEN DO BRASIL
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS
AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogado Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB:
249651-A/SP)
Agravante e Agravado BENTO FLAVIO PINTO
Advogado Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB:
136460/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENTO FLAVIO PINTO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS
AUTOMOTIVOS LTDA.

Tendo em vista o acordo noticiado (págs. 1.424-1426), baixem-se imediatamente os autos à origem, para apreciação dos termos e possível homologação.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Relator

Processo Nº ARR-0001275-20.2017.5.17.0121

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Recorrente SUZANO S.A.
Advogado Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB:
513/DF)
Advogado Dr. Bruno Machado Colela
Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Agravado e Recorrido WILLIAM SOUZA DOS SANTOS
Advogado Dr. Luiz Carlos Peixoto(OAB: 50131-
A/MG)
Advogada Dra. Samara Teles Peixoto(OAB:
172149-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUZANO S.A.
- WILLIAM SOUZA DOS SANTOS

Tendo em vista o acordo noticiado (págs. 828-829), baixem-se imediatamente os autos à origem, para apreciação dos termos e possível homologação.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0011238-08.2017.5.15.0089

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Recorrente TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA
LTDA.
Advogado Dr. Luiz Fernando Maia(OAB: 67217-
D/SP)
Agravado e Recorrido CRISTIANE GOMES GUIMARAES
Advogada Dra. Rosa Maria Fernandes de
Andrade(OAB: 92580-A/SP)

Advogada Dra. Talita de Cássia Martins
Perim(OAB: 334715-A/SP)
Advogado Dr. Fábio Matos Camargo(OAB:
343296-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE GOMES GUIMARAES
- TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA.

Tendo em vista o acordo noticiado (págs. 2.844-2.849), baixem-se imediatamente os autos à origem, para apreciação dos termos e possível homologação.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011091-07.2015.5.03.0179

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante MGS MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
Advogado Dr. Cristiano Pimenta Passos(OAB:
94733-A/MG)
Agravado MONICA FERREIRA SANTOS
Advogado Dr. Mário Lúcio da Cunha(OAB: 47965-
A/MG)
Advogada Dra. Cristiane Brandão da Cunha(OAB:
129467-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
- MONICA FERREIRA SANTOS

A questão jurídica debatida nos autos, a saber, dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, é objeto do Tema 1.022 da Tabela de Repercussão Geral do STF (RE 688267), no qual foi ordenada a suspensão dos recursos que versem sobre a mesma matéria, com base no art. 896-C, § 5º, da CLT.

Nesse contexto, determino a remessa dos autos à Secretaria da 4ª Turma para aguardar decisão a ser proferida no leading case citado.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010973-23.2018.5.03.0180

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante MGS MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
Advogado Dr. Cristiano Pimenta Passos(OAB:
94733-A/MG)
Agravado LUCI FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogado Dr. Marcelo de Andrade Portella
Senra(OAB: 108347-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCI FERNANDES DE OLIVEIRA
- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

A questão jurídica debatida nos autos, a saber, dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, é objeto do Tema 1.022 da Tabela de Repercussão Geral do STF (RE 688267), no qual foi ordenada a suspensão dos recursos que versem sobre a mesma matéria, com base no art. 896-C, § 5º, da CLT.

Nesse contexto, determino a remessa dos autos à Secretaria da 4ª Turma para aguardar decisão a ser proferida no leading case citado. Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000447-18.2021.5.17.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
Procurador	Dr. Leonardo de Mello Caffaro
Agravado	PAULO SERGIO GOMES
Advogado	Dr. Rafaela Natulini Soares(OAB: 31444-A/ES)
Advogado	Dr. Jessica de Andrade Rangel(OAB: 30752-A/ES)
Agravado	MONITORE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. José Ricardo Haddad(OAB: 126241/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
- MONITORE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAULO SERGIO GOMES

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte. À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000208-84.2020.5.09.0073

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Santos Bomediano Nogueira(OAB: 33191-A/PR)
Agravado	JOSE MARCELO SALAB

Advogado	Dr. Cristiane Aparecida da Silva de Carvalho(OAB: 33481-A/PR)
Advogado	Dr. Leandro Coelho(OAB: 57519-A/PR)
Agravado	SS LIMPEZA E MANUTENCAO EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- JOSE MARCELO SALAB
- SS LIMPEZA E MANUTENCAO EIRELI - ME

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte. À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000089-20.2022.5.11.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 87318-A/MG)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 49112-A/GO)
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391-A/RO)
Advogado	Dr. Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Advogada	Dra. Liana Maciel Nobre(OAB: 11009-A/AM)
Advogado	Dr. Tyelisson Silva Araujo(OAB: 11768-A/RO)
Agravado	ELIVELTON SILVA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Ricardo Pinheiro da Costa(OAB: 7952-A/AM)
Agravado	METODO ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogada	Dra. Débora Fernanda Faria(OAB: 181547-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIVELTON SILVA DOS SANTOS
- METODO ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte. À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000363-11.2017.5.08.0109

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)
Advogado Dr. Carlos Eduardo Azevedo Moura(OAB: 16166-A/PA)
Advogada Dra. Maria da Conceição Campos Cei(OAB: 2925/PA)
Agravado PAULO ALBERTO PEREIRA DE BARROS
Advogada Dra. Ana Clara Magno Barroso(OAB: 17134-A/PA)
Agravado VIDICON - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado Dr. Sandro Christian Dias Corrêa(OAB: 16007-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)
- PAULO ALBERTO PEREIRA DE BARROS
- VIDICON - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, de de

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000420-36.2021.5.07.0038

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante MUNICIPIO DE COREAU
Advogado Dr. Paulo Maria Ribeiro Linhares Filho(OAB: 13084/CE)
Advogado Dr. Paulo Maria Ribeiro Linhares Filho(OAB: 13084-A/CE)
Agravado ANTONIA MOREIRA DO NASCIMENTO
Advogado Dr. Helano Cordeiro Costa Pontes(OAB: 24848-A/CE)
Advogado Dr. Karina Ximenes Albuquerque(OAB: 40514-A/CE)
Agravado COOPERVIDA - COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE & A VIDA LTDA
Advogado Dr. Mikael Pinheiro de Oliveira(OAB: 24800-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA MOREIRA DO NASCIMENTO
- COOPERVIDA - COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE & A VIDA LTDA
- MUNICIPIO DE COREAU

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000311-96.2018.5.05.0033

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado ESTADO DA BAHIA
Procurador Dr. Adriano Ferrari Santana
Agravante e Agravado MAP SISTEMAS DE SERVICOS LTDA
Advogada Dra. Liliane Cristina Renne Pereira(OAB: 29677-A/BA)
Advogado Dr. Frederico Santana de Farias(OAB: 28101-A/BA)
Advogado Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)
Advogada Dra. Claudiane Gil de Carvalho Lima(OAB: 16924-A/BA)
Agravante e Agravado VITALMED - SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA MÉDICA LTDA.
Advogado Dr. Maria de Fatima Costa Oliveira(OAB: 4229-A/BA)
Advogado Dr. Daniela Sampaio Sao Pedro(OAB: 26202-A/BA)
Agravado MARIA SIMONE CONRADO DE MATOS
Advogado Dr. Walter Moura Filho(OAB: 5566-A/BA)
Advogado Dr. Luiz Flávio Galvão Souza(OAB: 9528-A/BA)
Advogado Dr. Sérgio Emanuel Ferreira Lima de Moura(OAB: 26245-A/BA)
Advogado Dr. Yuri Moura Ribeiro de Sa(OAB: 45299-A/BA)
Agravado PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
Advogado Dr. Rodrigo do Valle Oliveira(OAB: 35038-A/BA)
Advogado Dr. Juliana Nunes(OAB: 110642-A/RJ)
Advogado Dr. Paulo Valed Perry Filho(OAB: 87141-A/RJ)
Agravado EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
Advogado Dr. Sérgio Santos Silva(OAB: 9993/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
- ESTADO DA BAHIA
- MAP SISTEMAS DE SERVICOS LTDA
- MARIA SIMONE CONRADO DE MATOS
- PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
- VITALMED - SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA MÉDICA LTDA.

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000064-55.2022.5.08.0207

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante ESTADO DO AMAPÁ
Procurador Dr. Jimmy Negrão Maciel
Agravado ARACY DE VILHENA
Advogado Dr. Jamerson Darabian e Silva
 Dias(OAB: 3433-A/AP)
Advogado Dr. Alana e Silva Dias(OAB: 1773-
 A/AP)
Advogado Dr. Jean e Silva Dias(OAB: 928-A/AP)
Advogado Dr. Paulo Victor Rosário dos
 Santos(OAB: 4011-A/AP)
Agravado BERNACOM LTDA.
Advogado Dr. Ramon Batista do Rego(OAB: 1453
 -A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARACY DE VILHENA
- BERNACOM LTDA.
- ESTADO DO AMAPÁ

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000040-84.2018.5.05.0034

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante ESTADO DA BAHIA
Procurador Dr. Ronaldo Nunes Ferreira
Agravado LUCIENE FRANCISCA DOS SANTOS
Advogado Dr. José Adailan Mota Araújo(OAB:
 38609-A/BA)
Agravado HD MONTAGENS ELETRÔNICAS
 EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI
- LUCIENE FRANCISCA DOS SANTOS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000430-87.2020.5.17.0151

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante COOPERATIVA DE CREDITO DE
 LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA
 DO ESPIRITO SANTO
Advogado Dr. Fernando Carlos Fernandes(OAB:
 9637-A/ES)
Agravado CLARICE GUISSO CAPRIOLI
Advogado Dr. Vítor Henrique Piovesan(OAB:
 6071-A/ES)
Advogado Dr. Tarcizio Pessali(OAB: 5939-A/ES)
Advogado Dr. Alessandra Jeakel(OAB: 16663-
 A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARICE GUISSO CAPRIOLI
- COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000014-07.2022.5.14.0031

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante ENERGISA RONDÔNIA -
 DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado Dr. Renato Chagas Correa da
 Silva(OAB: 8768-A/RO)
Agravado HELLEM CRISTINA COSTA SILVA
Advogado Dr. Gean Roberto Cardoso(OAB: 4499-
 A/RO)
Agravado VITISA CONSTRUTORA E
 INCORPORADORA LTDA
Advogado Dr. Renato de Perboyre Bonilha(OAB:
 3844/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- HELLEM CRISTINA COSTA SILVA
- VITISA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000073-51.2022.5.11.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	Dra. Sálvia Haddad
Agravado	MARIA IZABEL PIMENTEL ALVES
Advogado	Dr. Margarida Maria Leao de Oliveira(OAB: 5185-A/AM)
Agravado	R. F. X. SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- MARIA IZABEL PIMENTEL ALVES
- R. F. X. SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000190-25.2020.5.05.0251

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA
Advogada	Dra. Érica Ferreira de Oliveira(OAB: 30348/BA)
Agravado	WILIAN DA SILVA SANTOS
Advogado	Dr. Thiago Mota Rios e Rios(OAB: 31999-A/BA)
Agravado	MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
Advogado	Dr. Paula Cristiane de Castro(OAB: 37998-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA
- MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
- WILIAN DA SILVA SANTOS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000686-67.2017.5.05.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE
Advogada	Dra. Paula Pereira Pires(OAB: 8448-A/BA)
Agravado	GILCELIA DE SOUZA ANDRADE
Advogado	Dr. Pedro Henrique Euclides da Silva(OAB: 23860-A/BA)
Advogada	Dra. Luana Moreno Souto Tambon(OAB: 32903-A/BA)
Agravado	NECTAR - NUCLEO DE EMPREENDIMENTOS EM CIENCIA,TECNOLOGIA E ARTES
Advogado	Dr. Jose Lino de Andrade Neto(OAB: 10760-A/BA)
Advogado	Dr. Mariana Coutinho Duarte(OAB: 38289-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILCELIA DE SOUZA ANDRADE
- NECTAR - NUCLEO DE EMPREENDIMENTOS EM CIENCIA,TECNOLOGIA E ARTES
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000715-31.2018.5.05.0492

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Procurador	Dr. Oslon do Rego Barros
Agravado	ELIOMAR NUNES SANTANA
Advogado	Dr. Carlos Gustavo Patury de Almeida(OAB: 38852-A/BA)
Advogado	Dr. Suzana Maria Silveira Patury(OAB: 3792-A/BA)
Agravado	ARES BRASIL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ARES BRASIL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI
- ELIOMAR NUNES SANTANA
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000949-56.2021.5.14.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva(OAB: 10914/PB)
Agravante e Agravado	ROBERSON DOS SANTOS
Advogado	Dr. Vanessa Maria da Silva Melo(OAB: 9851-A/RO)
Advogado	Dr. Agailson da Cruz Silva(OAB: 11902 -A/RO)
Agravado	EMBRACE PARTICIPACOES LTDA
Advogada	Dra. Sheila do Socorro Fernandes(OAB: 23807-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMBRACE PARTICIPACOES LTDA
- ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- ROBERSON DOS SANTOS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001312-72.2021.5.07.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI
Advogado	Dr. Gaudênio Santiago do Carmo(OAB: 20944-A/CE)
Agravado	CICERA MARIA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gustavo Barreto Machado Dias(OAB: 26494-A/CE)
Advogado	Dr. Beneval Remigio Feitosa Filho(OAB: 24306-A/CE)
Advogado	Dr. Tales Jesum Arrais de Lavor Luna(OAB: 27464-A/CE)
Agravado	MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Procuradora	Dra. Ana Caroline Barbosa Lopes

Intimado(s)/Citado(s):

- CICERA MARIA DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
- MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001335-18.2021.5.07.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI
Advogado	Dr. Gaudênio Santiago do Carmo(OAB: 20944-A/CE)
Agravado	ANTONIO MARCOS JANUARIO CLEMENTE
Advogado	Dr. Gustavo Barreto Machado Dias(OAB: 26494-A/CE)
Advogado	Dr. Beneval Remigio Feitosa Filho(OAB: 24306-A/CE)
Advogado	Dr. Tales Jesum Arrais de Lavor Luna(OAB: 27464-A/CE)
Agravado	MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Procurador	Dr. Wallace Raamá Ferreira da Silva

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO MARCOS JANUARIO CLEMENTE
- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
- MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001614-46.2016.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	Dr. Sylvio Garcez Júnior(OAB: 7510- A/BA)
Agravado	EDNA DE CASTRO SENA DA SILVA
Advogado	Dr. Gilsoni Moura Silva(OAB: 659- B/BA)

Advogada Dra. Sônia Rodrigues da Silva(OAB: 685-B/BA)
Agravado KABALA ALIMENTOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNA DE CASTRO SENA DA SILVA
- KABALA ALIMENTOS EIRELI
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001743-12.2021.5.07.0027

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI
Advogado Dr. Gaudênio Santiago do Carmo(OAB: 20944-A/CE)
Agravado PAULO ROGERIO PEREIRA DE MELO
Advogado Dr. Gustavo Barreto Machado Dias(OAB: 26494-A/CE)
Advogado Dr. Beneval Remigio Feitosa Filho(OAB: 24306-A/CE)
Advogado Dr. Tales Jesum Arrais de Lavor Luna(OAB: 27464-A/CE)
Agravado MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Procurador Dr. Wallace Raamá Ferreira da Silva

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
- MXM SERVICOS E LOCACOES EIRELI
- PAULO ROGERIO PEREIRA DE MELO

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001929-91.2020.5.10.0801

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.
Advogado Dr. Marlos Moura Lobo Moreira(OAB: 23276-A/BA)

Agravante e Agravado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador Dr. Gabriel Santana Mônaco
Procurador Dr. Hugo Lima Tavares
Agravado EDICLEIA BENTO DA ROCHA SANTOS
Advogado Dr. Leonardo Meneses Maciel(OAB: 4221-A/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDICLEIA BENTO DA ROCHA SANTOS
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002110-89.2020.5.21.0024

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante MUNICÍPIO DE MACAU
Procurador Dr. Izaac da Silva Portela
Agravado BRUNO LOPES DE QUEIROZ
Advogado Dr. Luiz Antônio Gregório Barreto(OAB: 10213-A/RN)
Advogado Dr. Aldine Maria Barbosa da Fonseca Barreto(OAB: 13641-A/RN)
Agravado A B AGOSTINHO - ME
Advogado Dr. Aurino Bernardo Giaconelli Carlos(OAB: 4565-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- A B AGOSTINHO - ME
- BRUNO LOPES DE QUEIROZ
- MUNICÍPIO DE MACAU

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.

À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000062-87.2021.5.13.0011

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente ESTADO DA PARAÍBA
Procurador Dr. Ricardo Ruiz Arias Nunes

Recorrido SABRINA DE MORAIS BATISTA
Advogado Dr. Estevam Martins da Costa Netto(OAB: 13461-A/PB)
Recorrido INSTITUTO GERIR
Advogado Dr. Rodrigo Queiroz Fernandes(OAB: 36968-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA PARAÍBA
- INSTITUTO GERIR
- SABRINA DE MORAIS BATISTA

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0000524-77.2018.5.23.0041

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Embargante TEREZA DAS CHAGAS
Advogado Dr. Aline Izaldino Fernandes(OAB: 17108-A/MT)
Advogado Dr. Daniel Mello dos Santos(OAB: 11386-A/MT)
Embargado INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
Advogado Dr. Wilson Rodrigues Silva Neto(OAB: 43253-A/PE)
Embargado ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradora Dra. Paola Biaggi Alves de Alencar

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO
- INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
- TEREZA DAS CHAGAS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000552-84.2014.5.05.0009

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado ESTADO DA BAHIA
Procurador Dr. Ronaldo Nunes Ferreira

Agravante e Agravado AVANSYS TECNOLOGIA LTDA.
Advogado Dr. Tércio Roberto Peixoto Souza(OAB: 18573-A/BA)
Agravado LUIZ CARLOS SANTOS DE MENEZES
Advogado Dr. Gabriel Yared Forte(OAB: 42410/PR)
Advogado Dr. Jacqueline Campos Miranda Monteiro Rocha(OAB: 48700-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVANSYS TECNOLOGIA LTDA.
- ESTADO DA BAHIA
- LUIZ CARLOS SANTOS DE MENEZES

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0003249-30.2013.5.15.0011

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER
Procuradora Dra. Daniela Dandrea Vaz Ferreira
Recorrido HÉLIO LUIS CARDOZO DE FARIA
Advogado Dr. Celbio Luiz da Silva(OAB: 262346-A/SP)
Recorrido CONSTRUTORA JK LTDA.
Advogado Dr. Léo Eduardo Ribeiro Prado(OAB: 105683/SP)
Recorrido S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
Advogado Dr. Adolpho Luiz Martinez(OAB: 144997/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA JK LTDA.
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER
- HÉLIO LUIS CARDOZO DE FARIA
- S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011707-20.2020.5.15.0131

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Procurador Dr. Beatriz Ferraz Chiozzini David
Recorrido VANIA PEREIRA DOS SANTOS
Advogado Dr. Vinícius Augustus Fernandes Rosa Cascone(OAB: 248321-A/SP)
Recorrido STRATEGIC SECURITY - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogada Dra. Aline Cristina Panza Mainieri(OAB: 153176-D/SP)
Advogado Dr. Janaina Cristina de Castro e Barros(OAB: 164553-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- STRATEGIC SECURITY - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
- VANIA PEREIRA DOS SANTOS

Determino o sobrestamento do feito, até julgamento do Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral (RE 1298647) pelo STF, conforme deliberação da 4ª Turma do TST, em sessão de 15 de junho de 2021, na esteira de decisão da SBDI-1 desta Corte.
À Secretaria da 4ª Turma, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000415-80.2021.5.02.0411

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora Dra. Camila de Brito Brandão
Agravado FRANCISCA MARIA DE ARAUJO PEREIRA
Advogado Dr. José da Silva Lemos(OAB: 179157-A/SP)
Agravado STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI
Advogada Dra. Éketi da Costa Tasca(OAB: 265288-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FRANCISCA MARIA DE ARAUJO PEREIRA
- STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.
Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.
Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0100359-43.2019.5.01.0032

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante, Agravado e Recorrente ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora Dra. Raquel do Nascimento Ramos
Agravante, Agravado e Recorrido HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogado Dr. Jayme Freire Guilherme Junior(OAB: 215108-A/RJ)
Agravado e Recorrido LUISA BRUNIERA BARBOSA
Advogada Dra. Maristela Souto de Oliveira Cavadas(OAB: 92636-A/RJ)
Advogado Dr. Jessica dos Santos Silva Ramos(OAB: 171895-A/RJ)
Agravado e Recorrido HOSPITAL MAHATMA GANDHI
Advogado Dr. Daniel Alcântara Coelho(OAB: 210203-A/RJ)
Advogado Dr. Leonardo Soder Machado Fontenele(OAB: 128083-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
- HOSPITAL MAHATMA GANDHI
- LUISA BRUNIERA BARBOSA

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).
Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.
Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de

Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000659-92.2018.5.05.0493

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	DANYELLE FARIAS MARQUES
Advogado	Dr. Carlos Gustavo Patury de Almeida(OAB: 38852-A/BA)
Advogado	Dr. Suzana Maria Silveira Patury(OAB: 3792-A/BA)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogado	Dr. Oslon do Rego Barros(OAB: 52747 -A/RJ)
Agravado	ARES BRASIL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ARES BRASIL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI
- DANYELLE FARIAS MARQUES
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020155-69.2021.5.04.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - DMAE

Procurador

Agravado

Advogado

Agravado

Advogada

Dr. Charles Martins Pinto

ROSSANO DA SILVA CONCEICAO

Dr. Alexandre Hamester Guerreiro(OAB: 78265-A/RS)

MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA.

Dra. Simone Borges(OAB: 117124-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - DMAE
- MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA.
- ROSSANO DA SILVA CONCEICAO

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001238-72.2021.5.02.0502

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Mário Henrique Dutra Nunes
Procuradora	Dra. Camila de Brito Brandão
Agravado	ELIANE DE OLIVEIRA GOMES
Advogado	Dr. Valter dos Santos Rodrigues(OAB: 269276-D/SP)
Agravado	CLARIFTO SERVICOS DE LIMPEZA & CONSERVACAO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARIFTO SERVICOS DE LIMPEZA & CONSERVACAO LTDA - ME
- ELIANE DE OLIVEIRA GOMES
- ESTADO DE SÃO PAULO

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização

das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte.

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100851-92.2019.5.01.0401

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Agravado	JOSIAS TEMOTEU FERREIRA
Advogada	Dra. Suze Oliveira Mendonça Rondelli(OAB: 85049-A/RJ)
Agravado	ESTALEIRO BRASFELS LTDA.
Advogada	Dra. Soraia Ghassan Saleh(OAB: 127572-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTALEIRO BRASFELS LTDA.
- JOSIAS TEMOTEU FERREIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000365-54.2021.5.02.0314

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)
Advogado	Dr. Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 257220-A/SP)
Agravado	GENARIO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
Advogado	Dr. Alexandre de Oliveira(OAB: 344887-A/SP)
Agravado	EMAX - SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)
- EMAX - SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI
- GENARIO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011375-07.2020.5.15.0114

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
Advogada	Dra. Régia de Oliveira Russell(OAB: 159658-A/SP)
Advogado	Dr. Helena Cristina Lodi Rabelo(OAB: 273552-A/SP)
Advogado	Dr. Edson José Aparecido Antonicelli(OAB: 216868-A/SP)
Agravado	KLEYLTON COSTA DE QUEIROZ

Advogada Dra. Maria Isabel Clemente da Silva(OAB: 380082-D/SP)
Agravado C.LORENZO - TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- C.LORENZO - TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - LTDA
- KLEYLTON COSTA DE QUEIROZ
- SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000003-50.2022.5.14.0007

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado Dr. Renato Chagas Correa da Silva(OAB: 8768-A/RO)
Agravado SEVERINO SERGIO DA SILVA
Advogado Dr. Vanessa Maria da Silva Melo(OAB: 9851-A/RO)
Advogado Dr. Agailson da Cruz Silva(OAB: 11902-A/RO)
Agravado EMBRACE PARTICIPACOES LTDA
Advogada Dra. Sheila do Socorro Fernandes(OAB: 23807-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMBRACE PARTICIPACOES LTDA
- ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- SEVERINO SERGIO DA SILVA

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de

responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000839-89.2021.5.20.0007

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante e Agravado SPRINK SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA
Advogado Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 128341/SP)
Agravante e Agravado EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogado Dr. Bruno Benevides Duarte Leite(OAB: 9507-A/PB)
Advogado Dr. Joilson Luiz de Oliveira(OAB: 11277-A/CE)
Agravado DIEGO RAMON ROCHA SENNA
Advogada Dra. Ana Terra Campos Bourbon(OAB: 531-B/SE)
Advogada Dra. Luciana Felícia Fernandes dos Santos Leite(OAB: 7814-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIEGO RAMON ROCHA SENNA
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- SPRINK SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da

Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.
Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000723-52.2016.5.05.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Joaquim Pinto Lapa Neto(OAB: 15659-D/BA)
Agravado	ROBISON SILVA DE JESUS E OUTRO
Advogado	Dr. João Clymaco Teixeira(OAB: 10930-A/BA)
Agravado	EDGLEI & SUSIE TRANSPORTADORA LTDA
Advogada	Dra. Lúcia Maria de Vasconcellos Nestal(OAB: 149179-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDGLEI & SUSIE TRANSPORTADORA LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBISON SILVA DE JESUS E OUTRO

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011766-97.2021.5.03.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante e Agravado	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

Advogada	Dra. Alice Siqueira Peu Montans de Sá(OAB: 268364/SP)
Advogado	Dr. Vinícius Franco de Sousa(OAB: 397316/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)
Agravante e Agravado	DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
Advogado	Dr. Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 131366-A/MG)
Agravado	ANTONIO TADEU DA SILVA
Advogado	Dr. Renato Silva Terra(OAB: 135244-A/MG)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO TADEU DA SILVA
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010397-09.2021.5.03.0153

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
Advogada	Dra. Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado	ANTONIO JOSE DA SILVA
Advogada	Dra. Larissa A. F. Gusmão Oliveira(OAB: 176145-A/MG)
Advogado	Dr. Rafael Augusto Silva Oliveira(OAB: 197665-A/MG)
Agravado	SOLUTION ENGENHARIA MONTAGENS E CONSTRUCOES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO JOSE DA SILVA
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- SOLUTION ENGENHARIA MONTAGENS E CONSTRUÇOES LTDA.

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratam desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000263-80.2019.5.05.0461

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogada	Dra. Luanda Alves Vieira Cruz(OAB: 19161-A/BA)
Agravado	EZEQUIEL GONCALVES
Advogado	Dr. Andirlei Nascimento Silva(OAB: 10287-A/BA)
Agravado	NITZAN INTERMEDIACAO DE MAO DE OBRA LTDA
Advogado	Dr. Bianca Raquel Moraes Valente(OAB: 30030-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- EZEQUIEL GONCALVES
- NITZAN INTERMEDIACAO DE MAO DE OBRA LTDA

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão

do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratam desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010620-12.2015.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Agravado	JOAO VITOR SOUZA DA CONCEICAO
Advogado	Dr. Jorge Otávio Barcelos Theodoro(OAB: 82649-A/RJ)
Advogado	Dr. Gabriel Gomes Junger Lumbrellas(OAB: 167338-A/RJ)
Advogado	Dr. Guilherme Bastos Nunes Batista(OAB: 104517-A/RJ)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Almeida de Oliveira(OAB: 106449-A/RJ)
Advogado	Dr. Carlos Renato Guerra da Fonseca(OAB: 104487-A/RJ)
Advogado	Dr. Felipe Castanheira Mello(OAB: 159158-A/RJ)
Agravado	CONSORCIO PCP - ENGEVIX
Advogado	Dr. Renato Oliveira Martins Bogner(OAB: 286734-A/SP)
Advogado	Dr. Carlos Augusto Casarin(OAB: 294611-A/SP)
Advogado	Dr. Rodrigo Beschizza(OAB: 162030-A/RJ)
Agravado	PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	Dr. Mariano Carvalho Morales(OAB: 107083-A/RJ)
Advogado	Dr. Carla Regina Roberto Trindade(OAB: 182315-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO PCP - ENGEVIX
- JOAO VITOR SOUZA DA CONCEICAO
- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

A matéria debatida nos presentes autos tem aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647 ("Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)" - Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral daquela Corte).

Em sessão realizada no dia 10 de junho de 2021, a Egrégia Subseção 1 de Dissídios Individuais do TST decidiu suspender, em

secretaria, os processos que tratam do Tema nº 1118. Na sessão do dia 15 de junho passado, a Colenda Quarta Turma deste Tribunal também decidiu seguir a mesma orientação e suspender, em secretaria, os processos que tratem desse tema.

Assim sendo, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no julgamento do Tema nº 1118 da Tabela de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0001015-67.2017.5.06.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Agravante e Recorrente	FABRICIO GOUVEIA DO NASCIMENTO
Advogada	Dra. Isadora Coelho de Amorim Oliveira(OAB: 16455-A/PE)
Agravado e Recorrido	BRF S.A.
Advogada	Dra. Kelma Carvalho de Faria Collier(OAB: 1053-B/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- FABRICIO GOUVEIA DO NASCIMENTO

Tendo em vista a petição apresentada pelo Reclamante à pág. 1627, na qual alega que fora autorizada a liberação do depósito recursal nos autos da Execução provisória nº 0000441-68.2022.5.06.0017, baixem-se imediatamente os autos à Vara do Trabalho de origem para que seja analisado o pedido de liberação do depósito recursal que foi efetuado no processo principal. Tão logo seja apreciado o pedido supracitado, retornem os autos a esta Corte para que seja analisado o agravo de instrumento e o recurso de revista obreiro.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000443-49.2020.5.02.0422

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S/A
Advogado	Dr. Rodrigo de Souza Rossanezi(OAB: 177399-A/SP)
Agravado	GILVAN ROBERTO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Rodrigo Ferreira Ferrari(OAB: 245507-A/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S/A
- GILVAN ROBERTO DOS SANTOS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Considerando que o representante da reclamada ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S/A não possui poderes específicos para recebimento das restituições dos depósitos recursais, indefiro e determino tão somente a juntada aos autos das Petições 466458/2022-5 e 491232/2022-3.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-1001317-11.2017.5.02.0302

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	GERALDO FIRMINO DE MELO
Advogado	Dr. Antonio Cassemiro de Araujo Filho(OAB: 121428-A/SP)
Agravado	SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.
Advogado	Dr. Rodrigo Seizo Takano(OAB: 162343-A/SP)
Advogado	Dr. Vitor Santos de Mendonça(OAB: 182812-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO FIRMINO DE MELO
- SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.

Por meio do despacho de fls. 1.630/1.635, foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento do Reclamante.

O Autor interpõe Agravo.

Regularmente processado, preenche os requisitos de admissibilidade.

O recurso comporta melhor exame pelo Colegiado.

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 1.630/1.635 e determino a reatuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000122-81.2015.5.20.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Caroline Freire Cavalcanti Vilela(OAB: 66173/DF)

Agravado SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE-SINTECT/SE

Advogada Dra. Jane Tereza Vieira da Fonseca(OAB: 1720-A/SE)

Advogado Dr. Thiago da Silva Santana(OAB: 7307/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

- SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE-SINTECT/SE

A Reclamada, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, interpõe agravo contra a decisão monocrática do documento sequencial nº 561, que, com amparo nos arts. 896-A da CLT e 247 do RITST, denegou seguimento ao agravo de instrumento.

Pugna a Agravante pela reconsideração da r. decisão proferida. Regularmente intimada, a Agravada manifestou-se pelo documento sequencial nº 585.

Assiste razão à Reclamada, ora Agravante.

Em atenção aos argumentos do agravo e à relevância da matéria constante do referido recurso, considero prudente a reforma do r. despacho para melhor exame das razões do agravo de instrumento denegado.

Desse modo, no exercício do juízo de retratação facultado pela norma do art. 266 do Regimento Interno do TST, reconsidero a decisão do documento sequencial nº 561 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

À Secretaria da Eg. Quarta Turma para as providências cabíveis.

Após, retornem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000394-75.2020.5.09.0019

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Agravante BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogada Dra. Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)

Advogado Dr. Eduardo Chalfin(OAB: 53588-A/RJ)

Advogado Dr. Chalfin, Goldberg, Vainboim e Fichtner Advogados Associados(OAB: 16778/RJ)

Agravado ADRIANA FOGACA DA SILVA

Advogado Dr. André Luiz Navarro(OAB: 40707-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA FOGACA DA SILVA

- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Determino a reautuação, para que passe a tramitar como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista e Recurso de Revista tendo como agravante e recorrida BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO,

FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e agravada e recorrente ADRIANA FOGACA DA SILVA.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0100195-52.2016.5.01.0204

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Recorrente VIA VAREJO S.A.

Advogada Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)

Recorrido RODOLFO DE OLIVEIRA GOMES

Advogado Dr. José Solon Tepedino Jaffé(OAB: 128788/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODOLFO DE OLIVEIRA GOMES

- VIA VAREJO S.A.

EM PETIÇÃO - TST - 661474/2022-4

Determino a reautuação, substituindo a VIA VAREJO S.A. pela VIA S.A., em razão da alteração na denominação social.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-RR-0097600-81.2012.5.17.0008

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Agravante AUDARINO MIRANDA E OUTROS

Advogado Dr. João Eugênio Modenesi Filho(OAB: 13039-A/ES)

Agravado VALE S.A.

Advogado Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUDARINO MIRANDA E OUTROS

- VALE S.A.

Por meio do despacho de fls. 947/950, foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento dos Reclamantes.

Os Autores interpõe Agravo.

Regularmente processado, preenche os requisitos de admissibilidade.

O recurso comporta melhor exame pelo Colegiado.

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 947/950 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº Ag-RR-0130700-30.2012.5.17.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	ARLINDA BARCELLOS TEIXEIRA
Advogado	Dr. Leonardo de Azevedo Sales(OAB: 14165-A/ES)
Advogado	Dr. João Eugênio Modenesi Filho(OAB: 13039-A/ES)
Agravado	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLINDA BARCELLOS TEIXEIRA
- VALE S.A.

Por meio do despacho de fls. 873/876, foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento da Reclamante.

A Autora interpõe Agravo.

Regularmente processado, preenche os requisitos de admissibilidade.

O recurso comporta melhor exame pelo Colegiado.

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 873/876 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000301-52.2019.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	ZAMP S.A
Advogado	Dr. Adriano Lorente Fabretti(OAB: 164414-A/SP)
Agravado	AMANDA OLIVEIRA BITTENCOURT
Advogado	Dr. Everton Fontes Viana(OAB: 134690-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA OLIVEIRA BITTENCOURT
- ZAMP S.A

EM PETIÇÃO - TST - 345466/2022-3

Determino a reautuação, substituindo a BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A. pela ZAMP S.A., em razão da alteração na denominação social.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 05 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011190-98.2017.5.15.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente	ELECTROLUX DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Noedy de Castro Mello(OAB: 27500-A/SP)
Recorrido	MANUELLE ANDRESSA VACCARI
Advogado	Dr. João Paulo Lopes Ribeiro(OAB: 269891-A/SP)
Recorrido	SUPPORT CARGO S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- ELECTROLUX DO BRASIL S.A.
- MANUELLE ANDRESSA VACCARI
- SUPPORT CARGO S.A.

EM PETIÇÃO - TST - 295720/2022-8

Indefiro. Não há nos autos procuração delegando poderes específicos ao subscritor.

Restitua-se a petição ao remetente.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0002338-75.2013.5.12.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Recorrente	ADV COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Giocondo Tagliari Calomeno(OAB: 16115/SC)
Recorrido	EMIDIO SPREDEMANN
Advogado	Dr. Fábio Roberto de Oliveira(OAB: 14381/SC)
Recorrido	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADV COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
- EMIDIO SPREDEMANN
- UNIÃO (PGF)

EM PETIÇÃO - TST - 144765/2022-3

O Requerente não é parte nos autos nem comprova alteração na denominação social.

Restitua-se a petição ao subscritor.

À Secretaria da C. 4ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000076-50.2019.5.09.0303

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante CONSORCIO SORRISO
Advogado Dr. Diego Felipe Munoz Donoso(OAB: 21624-A/PR)
Advogado Dr. Walter Tierling Neto(OAB: 66550-A/PR)
Agravado TALITA DE SOUZA LIMA
Advogado Dr. Ismail Hassan Omairi(OAB: 48381-A/PR)
Agravado VIACAO GATO BRANCO LTDA. E OUTRA
Advogado Dr. Silvio Rorato(OAB: 19481-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO SORRISO
- TALITA DE SOUZA LIMA
- VIACAO GATO BRANCO LTDA. E OUTRA

Com fundamento nos artigos 932, III e IV, "a" c/c 1.011, I, do CPC e 118, X, do RITSTC, foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento.

O Réu interpõe Agravo.

Regularmente processado, preenche os requisitos de admissibilidade.

O recurso comporta melhor exame pelo Colegiado.

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho (id: 67926075) e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, de de

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001917-03.2012.5.08.0126

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante e Agravado MULTSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Neemias Araújo de Carvalho Neto(OAB: 7844-A/SE)
Agravante e Agravado VALE S.A.
Advogado Dr. Daniel Cidrao Frota(OAB: 19976-A/CE)
Agravado OSVALDO MARTINS DA SILVA JUNIOR
Advogado Dr. Rômulo Oliveira da Silva(OAB: 10801/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MULTSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- OSVALDO MARTINS DA SILVA JUNIOR
- VALE S.A.

EM PETIÇÃO - TST - 197302/2022-9

Indefiro. O peticionante não comprova que a Agravante foi

notificada nos termos do art. 112, do CPC.

Restitua-se ao remetente.

À Secretaria da C. 8ª Turma.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Relatora

**Secretaria da Quarta Turma
Notificação**

Processo Nº RR-0000298-45.2020.5.22.0004

Relator IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
RECORRENTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO JOSE LINHARES PRADO NETO(OAB: 18806/DF)
ADVOGADO RENATO CAVALCANTE DE FARIAS(OAB: 3264/PI)
ADVOGADO LEONARDO GUILHERME DE ABREU VITORINO(OAB: 9436/PI)
RECORRIDO JULIMAR GOMES CAMINHA
ADVOGADO ROGERIO FERREIRA BORGES(OAB: 16279/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIMAR GOMES CAMINHA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por CAIXA ECONOMICA FEDERAL , no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA
SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-1000927-55.2021.5.02.0446

Relator ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE HIDROVIAS DO BRASIL ADMINISTRACAO PORTUARIA SANTOS S.A.
ADVOGADO CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 5014/RO)

AGRAVADO METODO ENGENHARIA LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO DEBORA FERNANDA FARIA(OAB:
181547/SP)
AGRAVADO GILSON LISBOA DOS SANTOS
ADVOGADO SYLVIA APARECIDA OLIVEIRA
CICHELO(OAB: 263529/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON LISBOA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por HIDROVIAS DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA SANTOS S.A., no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-1000927-55.2021.5.02.0446

Relator ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE HIDROVIAS DO BRASIL
ADMINISTRACAO PORTUARIA
SANTOS S.A.
ADVOGADO CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA
CASTRO(OAB: 5014/RO)
AGRAVADO METODO ENGENHARIA LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO DEBORA FERNANDA FARIA(OAB:
181547/SP)
AGRAVADO GILSON LISBOA DOS SANTOS
ADVOGADO SYLVIA APARECIDA OLIVEIRA
CICHELO(OAB: 263529/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- METODO ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERACAO
JUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por HIDROVIAS DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA SANTOS S.A., no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-1001046-63.2021.5.02.0010

Relator IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
FILHO
AGRAVANTE COMPANHIA DO METROPOLITANO
DE SAO PAULO METRO
ADVOGADO ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE
SA(OAB: 268364/SP)
ADVOGADO JOAO BATISTA PINHEIRO
JUNIOR(OAB: 249155/SP)
AGRAVADO ANDRE SOARES INOCENCIO
ADVOGADO REGIANE DE MOURA
MACEDO(OAB: 275038/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE SOARES INOCENCIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO METRO, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-0020075-20.2016.5.04.0016

Relator IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
FILHO

AGRAVANTE VLADIMIR PADILHA PANTALIAO
ADVOGADO RAFAEL KLARMANN DA SILVA(OAB: 65367/RS)
ADVOGADO ALESSANDRO BATISTA RAU(OAB: 58517/RS)
AGRAVADO WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- VLADIMIR PADILHA PANTALIAO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA., no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Secretaria da Sexta Turma

Despacho

Processo Nº ARR-0010477-64.2018.5.03.0092

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s) ASTEC DO BRASIL FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Advogado Thales Poubel Catta Preta Leal(OAB: 80500/MG)
Advogado Mariana Roberta Quaresma da Fonseca(OAB: 134356-A/MG)
Advogado Pedro Henrique Bengtsson Bernardes(OAB: 183500-A/MG)
Agravado(s) e Recorrente(s) MDE - MANUFATURA E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Advogada Tatiana Salim Ribeiro(OAB: 112082-A/MG)
Agravado(s) e Recorrido(s) VAGNER LUCIO DE OLIVEIRA
Advogado Marcos Roberto Leite Cardoso(OAB: 176618-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASTEC DO BRASIL FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA

- MDE - MANUFATURA E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
- VAGNER LUCIO DE OLIVEIRA

Em face da ausência de poderes da advogada peticionante, Dra. Mariana Roberta Quaresma Fonseca, OAB/MG 134.356, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010114-22.2019.5.03.0099

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) LUCAS AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMOS
Advogado Marcos Roberto Dias(OAB: 87946/MG)
Advogada Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802/MG)
Agravado(s) VIA S.A.
Advogado Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCAS AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMOS
- VIA S.A.

Junte-se.

Intime-se a reclamante para que se manifeste, no prazo de 5 dias, sobre o interesse na baixa dos autos com o fim de realizar audiência. O silêncio implicará o indeferimento dos pedidos formulados pela peticionante.

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011653-98.2017.5.15.0021

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) PROTURBO USINAGEM DE
PRECISÃO LTDA.
Advogado Wesley Duarte Gonçalves
Salvador(OAB: 213821/SP)
Advogado Maria Madalena Antunes(OAB: 119757
-A/SP)
Agravado(s) SELMA APARECIDA SOEHT
Advogado Fabiano Machado Martins(OAB:
202816-A/SP)
Advogado Hildebrando Pinheiro(OAB: 168143-
A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PROTURBO USINAGEM DE PRECISÃO LTDA.
- SELMA APARECIDA SOEHT

Junte-se a petição 613976/2022-5.

Tendo em vista que o processo não se encontra sobrestado.

Volte-me concluso.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010816-50.2019.5.03.0104

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ASSOCIAÇÃO SALGADO DE
OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E
CULTURA
Advogado Gabriela Vitoriano Roçadas
Pereira(OAB: 85760-D/RJ)
Advogada Marta Cristina de Faria Alves(OAB:
150162/RJ)
Advogada Thaise Alane da Silva Santos(OAB:
179900-A/RJ)
Advogado Jorge Fernando Carvalho Queiroz
Novaes(OAB: 137328-A/MG)
Advogado Marcela Nassur Viana(OAB: 139996-
A/RJ)
Agravado(s) SILAS PEREIRA DE REZENDE
Advogada Luciana Azevedo Moreira e Brito(OAB:
124223-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E
CULTURA
- SILAS PEREIRA DE REZENDE

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dra.
MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES, OAB/RJ 150.162,intime-se o
peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização

da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do
requerimento.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0000258-14.2019.5.06.0014

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Recorrido(s)
Advogado Lucas Ventura Carvalho Dias(OAB:
24587-A/PE)
Advogado Marcelo Pires Ribeiro(OAB: 29298-
A/PE)
Procuradora Procuradoria da Caixa Econômica
Federal
Agravado(s) e ENEIDE ALENCAR DE SA
Recorrente(s)
Advogado Rogério Ferreira Borges(OAB: 16279-
A/DF)
Advogado Maurício de Figueiredo Correa da
Veiga(OAB: 21934-A/DF)
Advogado Ronny Dantas da Costa(OAB: 49571-
A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ENEIDE ALENCAR DE SA

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante,
Dr. RONNY DANTAS DA COSTA, OAB/DF 49.571,intime-se o
peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização
da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do
requerimento.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011355-22.2021.5.18.0009

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE FEIRANTES E
VENDEDORES AMBULANTES NO
ESTADO DE GOIÁS
Advogado Danilo Teles Candine(OAB: 39785-
A/GO)
Agravado(s) VALERIA NOLETO DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E
VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
- VALERIA NOLETO DO NASCIMENTO

Juntem-se as petições nºs 614387/2022-7 e 626463/2022-9.
Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre as petições nºs
614387/2022-7 e 626463/2022-9, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010930-86.2021.5.18.0011

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE FEIRANTES E
VENDEDORES AMBULANTES NO
ESTADO DE GOIÁS
Advogado Danilo Teles Candine(OAB: 39785-
A/GO)
Agravado(s) CLEUBER PEREIRA LIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEUBER PEREIRA LIMA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E
VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Juntem-se as petições nºs 614552/2022-6 e 626428/2022-9.
Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre as
petições nºs 614552/2022-6 e 626428/2022-9, no prazo de 5 (cinco)
dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº ARR-0000762-21.2012.5.15.0109

Complemento Processo Eletrônico
Agravado(s) e
Recorrente(s) ANTONIO IZIDRO BATISTA
Advogado Érika Mendes de Oliveira(OAB:
165450/SP)
Advogado Imar Eduardo Rodrigues(OAB: 106008
-A/SP)
Agravante(s) e
Recorrido(s) APEX TOOL GROUP INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE FERRAMENTAS
LTDA.
Advogado Marcello Della Mônica Silva(OAB:
129000/SP)
Advogado Eduardo Alcântara Lopes(OAB:
296735-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO IZIDRO BATISTA
- APEX TOOL GROUP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
FERRAMENTAS LTDA.

Em acórdão da Sexta Turma do TST foi provido o RR da
parte reclamante para declarar a nulidade do acórdão de embargos
de declaração proferido pelo TRT e determinar o retorno dos autos
para que a Corte regional prossiga no exame do feito. Julgou-se
prejudicado o AIRR da parte reclamada.
É incabível nesta Corte Superior petição avulsa para registrar
ressalva de direito a futura recorribilidade.
Por outro lado, registre-se que a Súmula 214 do TST se
refere a decisões interlocutórias irrecuráveis de imediato de uma
instância para outra (da primeira para a segunda ou desta para a
Corte Superior). Não se aplica a Súmula 214 do TST para vedar
recursos internos imediatos no mesmo grau de jurisdição.
Indefere-se a petição avulsa. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001143-89.2017.5.02.0079

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) RADIO NOVO MUNDO LTDA

Advogado Douglas Macrini Filho(OAB: 347298-A/SP)
Agravado(s) JOAO BOSCO DA SILVA
Advogado Léia Roberta Correia(OAB: 286621-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO BOSCO DA SILVA
- RADIO NOVO MUNDO LTDA

Junte-se.

Findo o prazo do artigo 112, §1º do CPC, excluam-se os nomes dos renunciantes.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010674-09.2019.5.03.0181

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente(s) ANGELITA MARIA DE SOUZA PIMENTEL
Advogada Karina de Fátima Campos(OAB: 101154-A/MG)
Recorrido(s) FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - FAIS
Advogada Kátia Regina de Oliveira Rocha(OAB: 80734-A/MG)
Advogado Alessandra Cristina Oliveira da Conceicao(OAB: 81755-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELITA MARIA DE SOUZA PIMENTEL
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - FAIS

Validade de norma coletiva que trata de direito não previsto constitucionalmente. Após a decisão que foi tomada pelo STF, o gabinete dará andamento aos processos na medida do possível. Aguarde-se na Secretaria a publicação do acórdão do STF.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1002431-80.2014.5.02.0466

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s) RONALDO JOSE MEIRELES DE FARIAS
Advogado Agamenon Martins de Oliveira(OAB: 123024-S/MG)
Agravante(s) e Agravado(s) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado Luiz Carlos Amorim Robortella(OAB: 25027/SP)
Advogado Alexandre de Almeida Cardoso(OAB: 149394-A/SP)
Advogada Fernanda Bianco Pimentel(OAB: 167810-A/SP)
Advogada Monaliza Finatti Manzatto(OAB: 164574-A/SP)
Advogado Maria Aparecida Lacerda Ramos(OAB: 222586-A/SP)
Advogado Patricia Rose Haudenschild Dias(OAB: 111911-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- RONALDO JOSE MEIRELES DE FARIAS

Intime-se o reclamante para que se manifeste, no prazo de cinco dias, sobre a petição avulsa na qual a reclamada requer a extinção do feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-1000783-56.2019.5.02.0089

Complemento Processo Eletrônico
Agravado(s) e Recorrente(s) ELITON BENICIO DE LIMA
Advogada Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-A/SP)
Agravante(s) e Recorrido(s) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Advogado Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELITON BENICIO DE LIMA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Apenas junte-se.

Prossiga o feito o trâmite normal.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101046-21.2018.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Agravado(s)	DEVAIR ANTONIO DO NASCIMENTO
Advogado	Renato Nunes da Silva Carneiro(OAB: 140623/RJ)
Advogado	Rodnei Macedo de Almeida Júnior(OAB: 158797/RJ)
Advogado	Gabriel Nunes Adão(OAB: 165242-D/RJ)
Agravado(s)	GOLDEN NEW STAR CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA.
Advogada	Marco Antonio Santiago Pinto Junior(OAB: 179617-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEVAIR ANTONIO DO NASCIMENTO
- GOLDEN NEW STAR CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Junte-se.

Retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como parte a OI S.A. - em recuperação judicial, atual denominação social da TELEMAR NORTE LESTE S/A.

Anote-se o nome dos advogados Dr. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL, OAB DF 513 e Dr. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA, OAB DF 12.200, patronos da Agravada.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-100049-09.2020.5.02.0433

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Nazário Cleodon de Medeiros
Procurador	Tatiana Fernandez Coelho
Procuradora	Marília Sant'Anna do Rego
Agravado(s)	DENIS DE LIMA SABBAG
Advogada	Neuci de Oliveira(OAB: 169150-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENIS DE LIMA SABBAG
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

As partes concordam com a extinção do feito. Prejudicado o AIRR. Baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010201-46.2017.5.03.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	RONANN TOME FERNANDES
Advogada	Fernanda Couto svit Faria(OAB: 164341-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	TECHNOS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogado	Bruno Borges Perez de Rezende(OAB: 131755-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONANN TOME FERNANDES
- TECHNOS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Não se tratando de preferência legal, o feito será resolvido na medida do possível. Quanto às alegações sobre a admissibilidade do recurso da reclamada, recebem-se como memoriais, pois não é possível a impugnação a recurso da parte contrária por meio de petição avulsa - a oportunidade para a manifestação ocorreu

quando da intimação para contraminuta/contrarrazões. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001610-74.2019.5.02.0604

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	FERNANDO LUIS ANDRADE DE JESUS
Advogado	Rogério Paciléio Neto(OAB: 16934-A/SP)
Advogado	Ovídio Lopes Guimarães Jr(OAB: 14798-B/SP)
Agravante(s) e Agravado(s)	LOJAS FENICIA LTDA
Advogado	Álvaro Barbosa da Silva Júnior(OAB: 206388-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO LUIS ANDRADE DE JESUS
- LOJAS FENICIA LTDA

As partes comunicam o interesse em conciliação.

Observada a atual sistemática de procedimentos, baixem os autos ao CEJUSC do TRT de origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Presidente da Sexta Turma

Processo Nº AIRR-0100075-36.2018.5.01.0431

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A.
Advogada	Bárbara Costa Mafra(OAB: 198867-A/RJ)
Agravado(s)	ANDREA CARVALHO PEREIRA
Advogado	Viviana Faco Amaral da Silva(OAB: 201393-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA CARVALHO PEREIRA
- DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A.

A reclamada, DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A., apresenta petição avulsa informando não haver interesse em audiência de tentativa de conciliação.

Indefere-se.

Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101607-89.2018.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	Tiago Jose dos Santos Iglesias(OAB: 326371-A/SP)
Agravado(s)	SERGIO GUIMARAES
Advogado	Jairo da Silva Antunes(OAB: 132294-A/RJ)
Advogado	Kléber Alexandre Datrino Simplicio(OAB: 169118-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERGIO GUIMARAES
- UTC ENGENHARIA S.A.

Junte-se. Sejam os autos conclusos. Publique-se.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100074-30.2018.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	JESSICA OLIVEIRA DA SILVA NABUCO
Advogado	Jorge Lopes Bahia Junior(OAB: 159842-A/RJ)
Agravado(s)	VAITEMQUE COMERCIO E SERVICOS DE ESTETICA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA NABUCO
- VAITEMQUE COMERCIO E SERVICOS DE ESTETICA LTDA - ME

Juntem-se as petições 623562/2022 e 623560/2022.

Promova-se a exclusão dos antigos patronos, conforme requerido pela empresa Agravada.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000273-37.2020.5.07.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	B.S.S.
Advogada	Cristiana Rodrigues Gontijo(OAB: 6930-A/DF)
Advogado	Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei(OAB: 21678-A/PE)
Advogado	Diogo Alexandre de Lima(OAB: 27754-A/PE)
Agravante(s) e Agravado(s)	L.L.Y.
Advogada	Adriana França da Silva(OAB: 45454-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.S.S.
- L.L.Y.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora

Processo Nº AIRR-1000520-70.2020.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MARCELO ALVES DE LIMA
Advogado	Márcio Osório Silveira(OAB: 159420-A/SP)
Agravado(s)	VIAÇÃO URBANA GUARULHOS S.A.
Advogado	João Gabriel Gomes Pereira(OAB: 296798-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO ALVES DE LIMA
- VIAÇÃO URBANA GUARULHOS S.A.

MARCELO ALVES DE LIMA e VIAÇÃO URBANA GUARULHOS S.A. informam em petições avulsas, que concordam com audiência de tentativa de conciliação. Baixem os autos ao CEJUSC do TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100402-65.2019.5.01.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	HERICA CRISTINA FERREIRA DINIZ GONCALVES
Advogado	Renata Boaventura Souza(OAB: 115581/RJ)
Advogada	Isabel Cristina dos Santos Nunes(OAB: 176507-A/RJ)
Advogado	Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	Juliano Moreira de Almeida(OAB: 88851-A/RJ)
Agravado(s)	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado	José Roberto da Silva Tavares(OAB: 130937-A/RJ)
Advogado	Wellington Rozendo Braga Ambrósio Alvim(OAB: 125729-A/RJ)
Advogado	Emerson Bernardo Pereira(OAB: 60166-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
- HERICA CRISTINA FERREIRA DINIZ GONCALVES

As petições avulsas das partes serão examinadas junto com os recursos pendentes, a fim de evitar tramitações paralelas.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011166-35.2021.5.18.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado	Danillo Teles Candine(OAB: 39785-A/GO)
Agravado(s)	ELDER CABRAL DE ARAUJO

Intimado(s)/Citado(s):

- ELDER CABRAL DE ARAUJO
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Junte-se a petição nº 666686/2022-9.
Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre a petição nº 534780/2022-0, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010086-81.2022.5.18.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado	Danillo Teles Candine(OAB: 39785-A/GO)
Agravado(s)	LEOZANA ALVES DE OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- LEOZANA ALVES DE OLIVEIRA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Junte-se a petição nº 666754/2022-3.
Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre a petição nº 534780/2022-0, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011678-55.2018.5.15.0093

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.
Advogado	Helena Cristina Lodis Rabelo(OAB: 273552-A/SP)
Advogado	Cristiano Rodrigo Carneiro(OAB: 276872-A/SP)
Agravado(s)	CIRSO BERTO

Advogado	José Antônio Cremasco(OAB: 59298-A/SP)
----------	--

Intimado(s)/Citado(s):

- CIRSO BERTO
- SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Esclareça SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A. e sua advogada peticionante, Dra. Helena Cristina Lodis Rabelo, OAB 273.552, em 05 (cinco) dias, a que título vem aos autos pela petição nº 661871/2022-5, visto que traz número de processo e reclamante diverso da autuação.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0000809-12.2019.5.17.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	CLARO S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Carlos Eduardo Amaral de Souza(OAB: 10107-A/ES)
Agravado(s) e Recorrido(s)	LILIANA DE FATIMA VICTORIANO APOLINARIO
Advogada	Vanessa Soares Jabur(OAB: 13392-A/ES)
Agravado(s) e Recorrido(s)	APOLINARIUS TELECOM - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- APOLINARIUS TELECOM - ME
- CLARO S.A.
- LILIANA DE FATIMA VICTORIANO APOLINARIO

Intimem-se as partes para se manifestem no prazo comum de cinco dias úteis sobre a petição avulsa na qual ANTEECIPE ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. requer sua inclusão na lide como terceira interessada.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0010719-21.2018.5.15.0017

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e ROBIN SANT ANNA SERGIO
Recorrente(s)
Advogado Maurício de Figueiredo Corrêa da
Veiga(OAB: 109016-A/RJ)
Advogado Rubens Júnior Pelaes(OAB: 213799-
A/SP)
Advogado Lucas Barbosa de Araújo(OAB: 60706-
A/DF)
Agravado(s) e MARIO AILTO RODRIGUES DE
Recorrido(s) ALMEIDA
Advogado Marcus Dmitriy Murbach de Almeida
Luchette(OAB: 59179-A/PR)
Agravado(s) e R DOS SANTOS COMERCIO DE
Recorrido(s) ILUMINACAO
Advogado Rogério Costa Chibeni Yarid(OAB:
140387-A/SP)
Advogado Luis Gustavo Ruccini Floriano(OAB:
288806-A/SP)
Advogada Viviane Cervantes Lima(OAB: 406536-
A/SP)
Agravado(s) e RONNIE LOT SERGIO E OUTROS
Recorrido(s)
Advogado Jean Dornelas(OAB: 155388-A/SP)
Agravado(s) e FABIO LOT SERGIO
Recorrido(s)
Agravado(s) e MARCELO BELCHIOR MUNIZ
Recorrido(s)
Agravado(s) e RENATO RODRIGUES LENON
Recorrido(s) NALATI

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO LOT SERGIO
- MARCELO BELCHIOR MUNIZ
- MARIO AILTO RODRIGUES DE ALMEIDA
- R DOS SANTOS COMERCIO DE ILUMINACAO
- RENATO RODRIGUES LENON NALATI
- ROBIN SANT ANNA SERGIO
- RONNIE LOT SERGIO E OUTROS

Junte-se a petição nº 676526/2022-3.

Defiro o pedido. Desconsidere-se a petição anterior, nº 658868/2022

-3.

Prossiga o feito o seu trâmite normal.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº EDCiv-Ag-AIRR-0011487-55.2015.5.01.0432

Complemento Processo Eletrônico
Embargante SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO PLANO DA CONSTRUCAO CIVIL
E DO MOBILIARIO DE SAO
GONCALO E REGIAO
Advogado Fernando Santos Fialho(OAB: 217817-
A/RJ)
Embargado(a) HEITOR BEZERRA GOMES
Advogado Fábio Jardim Rigueira(OAB: 159434-
A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HEITOR BEZERRA GOMES
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PLANO DA
CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE SAO GONCALO E
REGIAO

Vieram os autos ao TST em fase de execução. A matéria
apresentada na petição avulsa é da competência do juízo da
execução na Vara do Trabalho e será examinada no primeiro grau
de jurisdição após a baixa dos autos quando encerrada a fase
recursal nesta Corte Superior. Está pendente de julgamento ED
contra acórdão da Sexta Turma do TST. Prossiga o feito o trâmite
normal.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000617-53.2016.5.02.0372

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) FASUL PAVIMENTACAO E
CONSULTORIA LTDA
Advogada Bianca do Nascimento Müller(OAB:
171075-A/SP)
Agravado(s) MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
Procurador Nivaldo de Camargo Engelender
Procurador Nelson Torcani Pellizzoni
Agravado(s) SANDRO AVELINO EVARISTO
Advogado Ricardo Moscovich(OAB: 104350-
A/SP)
Agravado(s) JR EMPREITEIRA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FASUL PAVIMENTACAO E CONSULTORIA LTDA
- JR EMPREITEIRA LTDA
- MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
- SANDRO AVELINO EVARISTO

Junte-se a petição nº 291318/2022-5.

As petições avulsas das partes serão examinadas junto com os recursos pendentes, a fim de evitar tramitações paralelas.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011341-78.2021.5.03.0163

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogado	Antônio Chaves Abdalla(OAB: 66493/MG)
Agravado(s)	LUIS FERNANDES ANASTACIO
Advogado	Jouber da Silva Saraiva Amaral(OAB: 94712-A/MG)
Advogado	Lucas Vinicius de Almeida Batista(OAB: 142449-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS FERNANDES ANASTACIO
- MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.

Intimem-se as partes para que se manifestem no prazo comum de cinco dias úteis sobre a petição avulsa na qual ANTTECIPE AS S ESSORIA E CONSULTORIA F INANCEIRA LTDA. requer a sua inclusão na lide como terceira interessada.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000160-65.2021.5.21.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	NEYMAHR DA LAIA
Advogado	Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	VIA S.A.
Advogado	Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 520/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- NEYMAHR DA LAIA

- VIA S.A.

Junte-se.

Ausente o interesse do reclamante, indefiro o pedido de realização de audiência de conciliação formulado pela Reclamada.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0092500-12.2006.5.05.0002

Processo Nº AIRR-00925/2006-002-05-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 17769-A/BA)
Agravado(s)	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO E PETROLEIRO NO ESTADO DA BAHIA
Advogado	Nei Viana Costa Pinto(OAB: 8361-A/BA)
Agravado(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	Fabiana Galdino Cotias(OAB: 22164/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO E PETROLEIRO NO ESTADO DA BAHIA

Junte-se. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001311-17.2011.5.04.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado Leonardo Conte Azevedo de Souza(OAB: 31195-A/DF)
Agravado(s) VANESSA LETÍCIA BIANCHI DE MATOS E OUTROS
Advogado Amanda Rafaela Pereira da Rosa(OAB: 80389/RS)
Agravado(s) DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - DMLU
Advogada Rosa Maria Sampietro(OAB: 24022/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - DMLU
- SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- VANESSA LETÍCIA BIANCHI DE MATOS E OUTROS

Junte-se. Intimem-se os agravados VANESSA LETÍCIA BIANCHI DE MATOS E OUTROS para que se manifestem no prazo de cinco dias úteis sobre a petição avulsa da SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A.
Publique-se.
Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-RRAg-0001107-12.2015.5.02.0022

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
Procurador Nazário Cleodon de Medeiros
Agravado(s) CRISTIAN CRISTIANO BATISTA
Advogado Sérgio de Paula Souza(OAB: 268328/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIAN CRISTIANO BATISTA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA

A parte requer que seja certificado o trânsito em julgado com baixa dos autos. Determina-se que a Secretaria da Sexta Turma tome as providências cabíveis, verificando se é caso ou não de trânsito em julgado.
Publique-se.
Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000008-51.2014.5.02.0051

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s) ANA PAULA DA COSTA
Advogado André Luiz Plácido Ferrari(OAB: 232489-A/SP)
Agravante(s) e Agravado(s) TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.
Advogado Felipe Navega Medeiros(OAB: 217017/SP)
Advogado Luiz Fernando Alouche(OAB: 193025-A/SP)
Agravante(s) e Agravado(s) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada Carla Elizangela Alves Teixeira(OAB: 18855/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA DA COSTA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

Registre-se. Nada a deferir. Prossiga-se no feito.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011402-53.2016.5.03.0020

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado Tiago Neder Barroca(OAB: 107415-A/MG)
Advogado Ricardo Lopes Godoy(OAB: 174531-A/RJ)
Agravado(s) GUSTAVO MIRANDA CESTARO
Advogado Tiago Lopes Coelho(OAB: 127652-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- GUSTAVO MIRANDA CESTARO

Considerando que não há nos autos instrumento de mandato outorgando poderes de representação ao subscritor da presente petição, **intime-se** o peticionante a fim de que, no prazo de 5 (cinco)

dias, proceda à regularização da representação processual, sob pena de considerar-se inexistente.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de outubro de 2021.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

Lelio Bentes Corrêa

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0026250-35.2015.5.24.0072

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COOPERCARGA
Advogado	Sheila Ugolini(OAB: 16411-A/SC)
Agravado(s)	SIRCO VICENTE DA SILVA
Advogado	Vanderlei José da Silva(OAB: 7598-A/MS)
Agravado(s)	GTORK LOGISTICA LTDA
Advogado	Rodrigo Faggion Basso(OAB: 14140/SC)
Agravado(s)	FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA.
Advogado	Antônio Tebet Júnior(OAB: 5182/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
- COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COOPERCARGA
- FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA.
- GTORK LOGISTICA LTDA
- SIRCO VICENTE DA SILVA

Tendo em vista que as petições apresentadas não comprovam a alteração da razão social da reclamada FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA., reputo como inexistentes as petições nºs 139144/2021-5, 139147/2021-6, 139153/2021-6, 139159/2021-8, 139170/2021-4, 139172/2021-1 e 325474-09/2021.

Intime-se o advogado subscritor.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ARR-0010520-39.2014.5.15.0146

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	CLOVIS GONCALVES DOS SANTOS FILHO
Advogado	Ricardo Francisco de Lima(OAB: 229192-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	USINA BELA VISTA S.A.
Advogado	João dos Reis Oliveira(OAB: 74191/SP)
Advogado	Andre Luis Zanuto Giralaldi(OAB: 190152-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLOVIS GONCALVES DOS SANTOS FILHO
- USINA BELA VISTA S.A.

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. ANDRE LUIS ZANUTO GIRALDI, OAB/SP 190.152, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0000156-60.2015.5.02.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Maria Aparecida Pellegrina(OAB: 26111-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	ALEXANDRE VICIOLI
Advogado	Otávio Franklin de Menezes Chaves(OAB: 37658/RS)
Advogado	Marcelo Kroeff(OAB: 40251/RS)
Advogado	Luciana de Menezes Chaves(OAB: 81402-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE VICIOLI
- WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Observe-se o pedido quanto às publicações.

Em relação a eventuais honorários advocatícios sucumbenciais, à consideração do MM. Juízo da execução, no momento processual

oportuno.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

Desembargador Convocado Relator

SUMÁRIO

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	1
Despacho	1
Secretaria da Quarta Turma	16
Despacho	16
Secretaria da Quarta Turma	38
Notificação	38
Secretaria da Sexta Turma	40
Despacho	40